Processo n.º 107/2008

(Recurso cível)

Data: 15/Maio/2008

ASSUNTOS:

- Suspensão de deliberações sociais; providência cautelar
- Valor do procedimento de suspensão de deliberações sociais.
- Deliberação confirmativa de deliberação anterior
- Confirmação e renovação

SUMÁRIO:

1. Se não se põe em causa a distribuição dos dividendos, mas apenas que estes possam não ser devidos aos concretos accionistas aos quais foram atribuídos e não se quantificam os prejuízos que resultam das deliberações que visam suspender, não sendo possível computar o dano daí adviente, deve ser fixado à providência o valor de MOP 1.000.001,00, ao abrigo do disposto no art. 254º do CPC um milhão e uma patacas.

2. A confirmação é o modo de sanar a anulabilidade de um acto jurídico, consubstanciado numa declaração de reiteração da vontade

negocial, expressa ou tácita, da pessoa a quem pertencer o direito de anulação, e que tem eficácia retroactiva.

3. Renovação é o refazer de um negócio jurídico que as partes antes haviam celebrado, concluindo sobre o seu objecto um novo negócio destinado a absorver o conteúdo daquele e a substituí-lo para o futuro.

4. Na deliberação confirmativa de deliberação anterior, se os pretensos vícios - fundamentalmente reconduzíveis à incerteza da qualidade de determinados sócios - permanecem os mesmos, a verificarem-se, não deixarão de continuar a afectar a decisão que se pretende sanatória da invalidade anteriormente ocorrida.

5. Os requisitos necessários para a suspensão de deliberações sociais previstas no art. 341º, n.º 1 do Código Civil são:

- qualidade de sócio;
- deliberações contrárias à lei ou estatutos;
- que a execução da deliberação esteja em curso
- possibilidade de causa de dano apreciável.

6. Se os danos não forem concretizados e considerados apreciáveis não pode ser decretada a providência

O Relator,
João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 107/2008

Data: 15/Maio/2008

Recorrentes:

- A
- B Inc.

Recorrida:

- Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L. (澳門旅遊娛樂有限公司)

Recorrentes (do recurso interlocutório)

- A
- B Inc.

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

Vêm interpostos dois recursos, no âmbito da providência cautelar intentada por **A e B INC.**, recorrentes em ambos, contra **SOCIEDADE DE TURISMO E DIVERSÕES DE MACAU, SA (STDM)**, recorrida nos dois recursos.

São eles:

A - Recurso do acórdão de 25 de Outubro de 2007, que fixou o valor da causa em MOP\$695,093,735.70;

B - Recurso da decisão final da providência cautelar de suspensão de deliberações social relativa à deliberação de 21 de Agosto de 2007, da Assembleia Geral da STDM.

A – No primeiro recurso, alegam em síntese:

a) O valor processual de um procedimento cautelar especificado de suspensão de deliberações sociais é determinado, de acordo com o disposto no art. 255º/3/c, do CPC, pela importância do dano resultante da execução da deliberação.

b) Embora tenha sido peticionada a suspensão de deliberação social que decidiu a distribuição de lucros no montante de MOP\$695,093,735.70, com fundando na não comprovação da qualidade de sócios da sociedade requerida de várias pessoas singulares e colectivas que intervieram na formação da deliberação impugnada, não deve ser esse o valor da causa uma vez que as requerentes não põem em causa a distribuição dos dividendos, mas apenas que estes possam não ser devidos aos concretos accionistas aos quais foram atribuídos.

c) Particularmente estando-se em todos os casos perante aquisições derivadas, e não originárias, das qualidades de sócio, pelo que os lucros eventualmente distribuídos a quem se viesse mais tarde a comprovar não ser accionista da requerida sempre no essencial

seriam atribuídos aos transmitentes das acções, pois essa situação não permite determinar um concreto dano patrimonial, da sociedade ou das requerentes, igualou equivalente ao montante dos lucros distribuíveis.

d) No mesmo sentido depõe o facto de na petição as requerentes ao identificarem os prejuízos que pretendem evitar por via do procedimento darem maior relevância aos danos morais, no caso a imagem e o bom nome comercial da empresa e o seu próprio bom nome, do que aos danos patrimoniais que identificam como resultantes de eventuais situações em que a sociedade não possa recuperar o montante de lucros indevidamente distribuídos e a não aquisição de novas acções elas requerentes pelo não exercício do direito de preferência na transmissão das acções.

e) Não tendo as requerentes, pelo exposto, possibilidade de quantificar o dano sequer aproximadamente, quanto mais com exactidão, afigura-se adequado perante as circunstâncias concretas que fosse fixado ao procedimento o valor de MOP\$1,000,001.00, indicado no requerimento inicial.

f) Decidindo de forma diferente, o despacho recorrido violou o disposto nos artigos 341º/1, 255º/3/c e 255º/3/c, do CPC, no art. 498º/3, 1ª parte, do CC.

g) Mesmo não se entendendo assim, e se tomasse o valor dos lucros distribuíveis como referência essencial para atribuir o valor, para a fixação do valor de uma providência cautelar deve partir-se do pressuposto de que não há ao tempo qualquer violação ou lesão do direito, mas tão-somente e apenas simples receio justo delas, e portanto o valor é inferior ao que se verificaria no caso de consumação da ofensa, do prejuízo que com a diligência se pretende evitar.

h) *E sendo nesse pressuposto de mero receio de violação ou lesão de direitos que as requerentes articulam o objecto da acção, por isso demonstrando a probabilidade forte de existência do dano e cuidando das respectivas medida e extensão apenas em termos de permitir a sua avaliação como apreciável e não de modo a consentir a sua exacta quantificação, o valor da causa não deve corresponder ao valor dos lucros distribuíveis, mas antes ser fixado em valor igual ou próximo das MOP\$1 ,000,001.00 indicados pelas recorrentes na petição.*

i) *Decidindo de forma diferente, o despacho recorrido violou o disposto nos artigos 341º/1, 255º/3/c e 255º/3/c, do CPC.*

j) *Ainda que não se entenda como antes exposto, uma vez que as requerentes não mencionam o montante dos lucros distribuíveis ou sequer a distribuição de tais lucros a todos os accionistas, mas apenas àqueles sócios relativamente aos quais as requerentes têm sérias dúvidas sobre a qualidade de sócios da sociedade requerida, e sendo estes alegadamente detentores de 70,138% do capital social, deveria atribuir-se ao procedimento o valor correspondente a essa percentagem do capital social, no caso concreto MOP\$495.309.894,18.*

k) *Decidindo de forma diferente, o despacho recorrido violou igualmente, em vertente diversa, o disposto nos artigos 341º/1, 255º/3/c e 255º/3/c, do CPC.*

Termos em que deve ser dado provimento ao presente recurso e, conseqüentemente, ser o despacho recorrido revogado e substituído por outro que atribua ao procedimento cautelar em apreço o valor processual de MOP\$1,000,001.00 ou, não se entendendo assim, o valor de MOP\$495,309,894.18.

SOCIEDADE DE TURISMO E DIVERSÕES DE MACAU,
S. A. contra alega, neste primeiro recurso, concluindo:

1. *Sendo a deliberação sub Judice meramente confirmativa das deliberações aprovadas pelo colectivo de sócios em 30 de Março de 2007, o valor do dano que com a presente providência se pretenda evitar deverá ser, por definição, inexistente; porque a deliberação confirmativa não pode ser, em si, causa de dano, e na medida em que assim se conclua previamente" à acção poderá, com legitimidade e justificação legal, ser atribuído o valor de MOP1.000,001,00 (um milhão e uma pataca).*

2. *Ora, a Recorrida arguiu, provou factualmente e justificou em face do regime legal aplicável que a deliberação cuja suspensão é requerida, atenta a sua natureza e eficácia confirmativa, não produzindo qualquer outro efeito que não o da hipotética sanção de vício que, nos termos da lei, de tal seja susceptível e que porventura pudesse vir a ser imputado à deliberação confirmada, não pode constituir causa de qualquer dano para quem quer que seja :*

3. *Na medida em que esse Venerando Tribunal conclua neste mesmo sentido quanto à qualificação da deliberação, deverá o recursos interposto pelas ora Recorridas ser julgado procedente, ainda que com diferente fundamento.*

4. *No entendimento das ora Recorrentes - entendimento este que confessam mas para que não tem qualquer justificação, quer na lei, quer na interpretação da deliberação cuja suspensão requerem - a deliberação cuja suspensão aqui requerem não constitui uma deliberação confirmativa mas, antes, uma de carácter renovatório, sendo, por isso, à mesma imputáveis ex novo, os efeitos lesivos (que, de todo o modo, a Recorrentes não chegaram a alegar ou a provar);*

5. *Porque assim é, as ora Recorrentes não podem pretender, sem incorrer em venire contra factum proprium, e tendo em vista um conveniente efeito de poupança fiscal, que o dano que pretendem imputar à deliberação cuja suspensão requerem não seja susceptível de quantificação: o mesmo corresponderá, então, no mínimo, como concluiu o Tribunal a quo, ao valor do dividendo deliberado distribuir;*

6. *Mostra-se, outrossim, contraditória e em má fé a alegação pelas Recorrentes de que não pretendem impugnar a, ou requerer a suspensão da, distribuição de dividendos mas, antes, e apenas, a entrega de determinados, valores a pessoas relativamente às quais as Recorrentes têm dúvidas sobre a respectiva identidade e estatuto como accionistas da ora Recorrida ;*

7. *É que, a ser aceite essa confissão, ter-se-ia de concluir em um de dois sentidos:*

a) *Ou bem que, a final, as ora Recorrentes nunca impugnaram a, ou desistiram da impugnação da, deliberação de distribuição de dividendos aprovada pelo colectivo de sócios da ora Recorrida em 30 de Março de 2006 - caso este em que carecem de interesse em agir para impugnação ou requerimento de suspensão da deliberação confirmativa (ou até mesmo renovatória daquela);*

b) *Ou bem que, pura e simplesmente, as ora Recorrentes, mais uma vez em patente venire contra factum proprium, procuram, em má fé, embaratecer um litígio que, sem qualquer fundamento de direito, mais uma vez movem contra a ora Recorrida.*

8. *A impugnação, ou pedido de suspensão, apenas, da entrega do dividendo a determinadas pessoas (e, incidentalmente, não a outras entre as quais as ora Recorrentes*

entendem dever contar-se) pressupõe a aceitação da deliberação cuja suspensão aqui requerem como válida;

9. Se, porém, as ora Recorrentes pretendem manter a impugnar a deliberação de distribuição de dividendos, e a manter o pedido de suspensão da deliberação a que atribuem eficácia renovatória, então deverá concluir-se, quanto ao valor da causa, nos exactos termos em que o fez o Tribunal recorrido.

10. É totalmente irrelevante, em face do critério legal de determinação do valor da lide a afirmação de que as ora Recorrentes hajam dado (sic)"(...) mais relevância aos danos morais";

11. O facto de que as mesmas houvessem arguido a ocorrência de danos morais imputáveis à deliberação cuja suspensão aqui requerem determinaria, tão só, a consideração do valor do mesmos, no momento da sua liquidação, como acrescendo ao valor dos danos patrimoniais já liquidados, ou seja, os correspondentes ao valor do dividendo deliberado distribuir,

Nestes termos, e nos mais em Direito consentidos que Vós, Excelentíssimos Juízes, muito doutamente suprireis, se requer que:

a) Na medida em que esse Venerando Tribunal conclua, ao conhecer de mérito, pela qualificação da deliberação cuja suspensão é requerida como confirmativa, julgue procedente recurso interposto pelas ora Recorrentes, com a consequente revogação da decisão recorrida, ainda que por fundamento diverso de qualquer dos invocados pelas ora Recorrentes; ou, para o caso em que assim se não entenda,

b) Seja o recurso julgado improcedente, com a consequente e integral confirmação

da decisão de fixação do valor

Caso este em que deverão as Recorrentes ser condenadas nas custas de lei e na liquidação de procuradoria condigna

Mais requerendo vos digneis ordenar despacho aos demais termos da lide, até final,

B - No segundo recurso, interposto da decisão final, alegam as recorrentes, fundamentalmente:

1.ª As ora Recorrentes haviam impugnado as deliberações sociais tomadas na AG de 30/03/2007 (e, agora, confirmadas na AG de 21/08/2007) através de uma providência cautelar e de uma acção ordinária.

2.ª Trata-se, exactamente, das mesmas deliberações sociais, agora renovadas na AG de 21/08/2007, as quais aprovaram o balanço, a conta de ganhos e perdas, o relatório do CA e o parecer do CF relativos ao exercício de 2006, a proposta apresentada pelo CA na forma de distribuição dos lucros líquidos distribuíveis e elegeram os membros dos órgãos sociais da Sociedade para o triénio 2007 a 2009.

3.ª A impugnação feita das deliberações sociais agora renovadas teve por base dois diferentes argumentos: a) a invalidade da renovação das deliberações antes tomadas em 30 de Março, uma vez que não estavam preenchidos os pressupostos da renovação; e b) a invalidade da assembleia geral de sócios que tomou tais deliberações, por virtude de violações de lei e de violações estatutárias.

4.ª A Requerida opusera-se à providência cautelar de suspensão e à acção de

anulação das deliberações sociais tomadas em 30/3/07 propostas pelas requerentes, pugnando pela validade das deliberações.

5.ª Tais oposições não eram consentâneas com uma «renovação» dessas mesmas deliberações, pois a renovação de uma deliberação social pressupõe sempre a sua invalidade, ao menos parcial.

6.ª Caso em que é fonte de efeitos jurídicos a própria deliberação inválida integrada ou complementada pelo acto confirmativo.

7.ª A jurisprudência distingue entre «renovação» e «confirmação», sustentando que, na primeira, existe uma deliberação que se conclui ex novo, como se não tivesse existido deliberação anterior, enquanto que, na segunda, a deliberação inválida anterior é convalidada por força de um acto complementar e integrativo.

8.ª O que justifica e legitima a impugnação autónoma da deliberação confirmativa, a que se procedeu através do presente procedimento cautelar e impunha a suspensão da deliberação social renovatória impugnada por falta dos pressupostos da sua renovação.

9.ª Participaram e votaram na AG impugnanda pessoas relativamente às quais existem sérias dúvidas de que sejam accionistas da Requerida, por haverem adquirido tal qualidade em violação flagrante da lei e dos estatutos.

10.ª O Meritíssimo Juiz recorrido reconheceu, face à prova produzida, a demonstração da aparência do direito invocado pelas requerentes da providência.

11.ª Se as requerentes demonstraram, na própria visão do tribunal recorrido, a aparência da ilegalidade de algumas das pessoas singulares e colectivas que se afirmam

accionistas da requerida, demonstrado estava um primeiro pressuposto do procedimento requerido: o da ilegalidade da reunião de sócios da requerida de 21 de Agosto de 2007.

12.ª Nada justificando que o tribunal recorrido tenha deixado de se pronunciar sobre os restantes fundamentos do procedimento.

13.ª Não se ignora o que se afirma no douto aresto recorrido, no sentido de que não é possível, em sede de uma providência cautelar «resolver a questão de saber, em definitivo, se as pessoas referidas são sócias autorizadas ou não», nem era esse o propósito das requerentes, pois se propõem fazer essa prova na acção de anulação já intentada.

14.ª Para retirar consequências à demonstração da aparência do direito das recorrentes, a decisão recorrida considerou que mesmo que essa aparência tenha sido demonstrada, «as acções voltariam a pertencer aos sócios transmitentes».

15.ª Uma tal argumentação não permite a conclusão do tribunal recorrido de que, pelo facto de serem indiciariamente ilegais as transmissões derivadas em questão, essa ilegalidade se transformaria em legalidade pelo facto de que a única consequência dessa ilegalidade seria o retorno das acções aos accionistas transmitentes.

16.ª Para que um tal retorno, sendo o caso, se dê, necessária é, sem uma deliberação social nesse sentido, uma decisão judicial que a imponha à sociedade, sendo justamente essa a pretensão que as requerentes pretendem obter.

17.ª A (aparente) irrelevância da questão suscitada pelas ora recorrentes apenas existiria se os accionistas transmitentes votassem as deliberações com o mesmo sentido do voto dos accionistas cessionários, pressuposto que se tem como insusceptível de «ser pensado» na decisão recorrida,

18.^a Foi desse pressuposto errado que resultou a conclusão de que «nestes termos é inútil falar de um prejuízo que a 1.^a Requerente possa sofrer! (...). Se se entender que a 1.^a Requerente daí sofresse prejuízos, então teria de lançar mão de outros mecanismos para defender os seus interesses, certamente não é através da presente providência cautelar».

19.^a Tal segmento da decisão recorrida, para além de dele resultar uma incompreensão de quais os «outros mecanismos» a que deviam deitar mão, está em manifesta contradição com a conclusão atingida, mais adiante (no texto da sentença), onde se diz que «No que concerne ao dano apreciável, entendemos que as requerentes não provam esse dano possível!».

20.^a É manifesta a existência do dano, a partir do momento em que se reconheça, em termos de probabilidade a existência da ilegalidade do colectivo de sócios que tomou as deliberações impugnandas.

21.^a No que se refere aos danos decorrentes de uma deliberação que seja contrária à lei e/ou aos estatutos, eles não se esgotam no interesse do accionista/sócio requerente mas alarga-se à própria sociedade e aos outros sócios/accionistas.

22.^a Não se sabendo quem são os accionistas (no que se refere a alguns participantes da AG) e/ou qual o verdadeiro número de acções que detêm, podem (em termos de mera probabilidade) os dividendos ser distribuídos a quem não é accionista da sociedade ou serem atribuídos a determinado sócio em quantidade (percentagem) superior à devida.

23.^a Como consequência imediata da deliberação tomada, dando-se o caso de que alguns dos accionistas aparentemente ilegais serem também administradores da requerida,

existe, também em termos indiciários, o risco de virem a ser tomadas novas deliberações por administradores que, pelo menos, podem não ter essa qualidade, por não serem também accionistas.

24.ª O dano («grave» e «difícilmente reparável»), consubstanciando, no fundo, o periculum in mora) tanto pode manifestar-se antes como depois de instaurada a acção.

25.ª Sendo certo que se não vislumbram que prejuízos poderiam derivar da suspensão das deliberações aqui impugnadas, uma vez que a Sociedade tem forma de saber quem são os verdadeiros accionistas e, por outro lado, pode apresentar uma nova lista para o Conselho de Administração.

26.ª O argumento da sentença recorrida no sentido de que as requerentes não provaram estar a deliberação impugnada ainda em fase de execução e que daí resultaria a impossibilidade de lograrem a pretendida suspensão, não tem base de sustentação, uma vez que não constitui obstáculo ao pedido de suspensão das deliberações confirmadas, nem torna originariamente inútil a providência, o facto de as deliberações agora confirmadas, terem sido já integralmente executadas.

27.ª Na verdade, «o argumento de que já não é possível a suspensão da deliberação porque se encontra totalmente executada, não tem qualquer valor», por se tratar de «deliberação de execução permanente», como é, naturalmente, o caso em que se impugna a nomeação dos membros dos corpos sociais, porque «o curso da execução» pode, nesses casos, «ser interrompido ou suspenso em qualquer momento».

28.ª No caso, o que está em causa é, também, a suspensão de uma deliberação social que elegeu os corpos sociais da Sociedade requerida para o triénio 2007-2009 e, logo,

e nessa parte, uma deliberação de execução permanente.

29.ª Não se compreende, dada a inexistência de fundamentos para tal, a razão por que admitiu a sentença recorrida que «a 1.ª Requerente tivesse (e tem) 7% do capital social da Requerida, independentemente de quem a represente na reunião», sem qualquer referência à participação social da 2.ª recorrente.

30.ª O Tribunal de Segunda Instância, num Ac. explicitado em 29 de Novembro de 2007 decidiu que, enquanto o livro de registo de acções da requerida não estiver reformado, todos os accionistas devem ser tratados paritariamente.

31.ª Não devia a sentença recorrida, ainda que por omissão, ter conferido um tratamento desigual à 2.ª Requerente.

32.ª A decisão recorrida incorreu, conseqüentemente, em erro de julgamento.

33.ª Violou, nomeadamente, o art. 563º, n.º 2 do C.P. Civil, na medida em que não resolveu todas as questões submetidas pelas requerentes à sua apreciação, não se dando o caso de se tratar de questões prejudicadas pela solução dada a outras.

34.ª Trata-se de uma decisão nula, dada a falta de pronúncia sobre questões de que o tribunal devia ter conhecido (art. 571º, n.º 1, alínea d) do CPC).

Pedido

TERMOS EM QUE deve ser dado provimento ao presente recurso e anulada a sentença recorrida, com todas as conseqüências legais.

A recorrida **SOCIEDADE DE TURISMO E DIVERSÕES DE MACAU, S. A.** contra alega, em suma:

1. *A sentença recorrida analisa e detalha as razões, de facto e de direito, pelas quais conclui pela não verificação in casu do requisito de ocorrência de dano relevante para as Recorrentes, ou até, também, para a Recorrida;*

2. *Mais concretamente, o Tribunal conclui pela falta de fundamento da alegação de que a deliberação confirmativa pudesse provocar danos às Recorrentes ou à sociedade, por, inter alia: a) não ter ficado concretizado e provado esse dano, limitando-se as Requerentes a justificar esse hipotético dano com argumentos relativos à deliberação de 30 de Março de 2007 (nomeadamente, a invocação da distribuição de dividendos a quem consideram não serem "accionistas legais" da ora Recorrida e a eleição, como administradores da Sociedade, de pessoas que não teriam a qualidade de "accionistas legais" da ora Recorrida); b) e pelo facto de a deliberação confirmativa, por si, e nos termos já supra expostos, não ser susceptível de provocar danos às Recorrentes, por não ser violadora da lei, dos bons costumes ou dos estatutos da Recorrida.*

3. *A sentença não tem de seguir pari passu a argumentação das partes nem, tão pouco, tem de "dialogar" com ela: o que importa é que o Tribunal não deixe de apreciar todos os factos que, segundo as soluções plausíveis para questão de direito, possam ser relevantes e de decidir todo o pedido.*

4. *Porque assim é, não se acha verificada a situação que, nos termos do disposto conjugadamente disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 571º e no n.º 2 do Artigo 573º, ambos do Código de Processo Civil, a lei caracteriza como omissão de pronúncia justificativa da nulidade da sentença*

5. *Pela análise da deliberação, tal como a mesma se acha lavrada em acta, constata-se que o respectivo conteúdo é, única e exclusivamente, o da confirmação das deliberações aprovadas pelo colectivo 'de sócios da ora Recorrida em 30 de Março de 2007;*

6. *A deliberação sub judice não constitui, assim, uma nova deliberação sobre o mesmo conteúdo ou, tão pouco, uma renovação, revogação, suspensão, alteração de deliberações anteriores, das deliberações confirmadas;*

7. *As deliberações assim confirmadas foram judicialmente impugnadas por força da acção declarativa comum, tendo igualmente sido requerida a suspensão da respectiva eficácia, nos Autos CV3-07-0028-CAO-A, julgados improcedentes por esse Digníssimo Tribunal, por Sentença proferida em 26 de Julho de 2007 e entretanto transitada em julgado por desistência activa do respectivo recurso por parte das ora mesmas Recorrentes*

8. *Tal como resulta da acta respectiva - relativamente a cuja eficácia probatória as Recorrentes não suscitaram o incidente de falsidade e cujo teor narrativo não questionam, por qualquer modo, em momento algum - a confirmação teve em vista a sanção de vício que para as deliberações confirmadas pudesse vir judicialmente declarado com causa na circunstância de que não tenha sido admitida a participação do Senhor Nnn na reunião de sócios do dia 30 de Março de 2007.*

9. *O n.º 3 do Artigo 229º do Código Comercial consagra, no que às deliberações sociais diz respeito, o instituto da confirmação dos negócios jurídicos anuláveis, atribuindo competência ao colégio de sócios para proceder à respectiva sanção, integrando a declaração anulável pelos elementos necessários à respectiva qualificação como válida.*

10. *O único efeito de que a deliberação confirmatória é susceptível é o da sanção dos possíveis vícios da deliberação confirmada sancionados pela lei com a anulabilidade, daí que a validade da deliberação confirmatória apenas pode ser impugnada com fundamento na ocorrência de vícios que lhe sejam próprios, e, não tendo sido apontados quaisquer vícios do procedimento, constata-se que uma deliberação confirmativa não é contrária à lei, nem, tão pouco, aos estatutos.*

11. *As ora Recorrentes limitam-se a alegar, como causa de invalidade da deliberação confirmatória, o mesmo argumentarium deduzido no processo em que vieram impugnar as deliberações tomadas pelo colectivo de sócios da ora Ré em 30 de Março de 2007, argumentos cuja improcedência foi indiciariamente reconhecida e declarada pelo Digníssimo Tribunal. As Recorrentes procuram alcançar, com os presentes autos, uma reapreciação de causa pendente, o que não é juridicamente possível e constitui uma repetição de providência de suspensão na pendência da mesma causa, legalmente inadmissível.*

12. *As Recorrentes desistiram activamente do recurso nos mencionados Autos de procedimento cautelar, conformando-se com a decisão de improcedência, nem sequer tendo tentado eliminar os seus efeitos até à data em que foi operada a confirmação.*

13. *Ampliando o argumento, conclui-se que as deliberações confirmativas, em sentido próprio, não são susceptíveis de constituir objecto de impugnação autónoma, pois:*

(i) *Se a deliberação confirmanda é originariamente válida, como se espera, a deliberação confirmatória é originariamente inútil, não produzindo qualquer efeito e não havendo, por isso, qualquer interesse em requerer a respectiva suspensão;*

(ii) *Se a deliberação confirmanda é originariamente inválida, enfermado de vício que não seja legalmente susceptível de sanção pela confirmação daquela, a deliberação confirmativa é, enquanto tal, originariamente inútil, uma vez que, nos termos da lei, não propicia, nem pode propiciar, ope legis, o efeito que com a mesma a sociedade visava alcançar, razão por que, do mesmo modo, ainda que por motivo distinto, se revela originariamente inútil a respectiva suspensão;*

(iii) *Se, por outro lado, não obstante o vício de que a deliberação confirmanda enferma a mesma é susceptível de sanção mas a deliberação confirmativa é, em si mesmo inválida, tal invalidade (da deliberação confirmativa) teria como singelo efeito a não convalidação da deliberação que a mesma visava confirmar, sendo, por isso, de novo, relativamente à mesma, originariamente inútil a respectiva impugnação.*

14. *As próprias Recorrentes admitem que aquilo que pretendem nos presentes autos é o retorno das participações sociais de determinadas pessoas aos respectivos transmitentes, objectivo que não é desta forma conseguível, atribuindo razão ao Tribunal a quo quando este afirma que, para satisfação da pretensão das Requerentes, estas terão que se socorrer de outros mecanismos que não o mecanismo de suspensão de deliberação social.*

15. *Falta, pois, à presente acção, qualquer utilidade jurídica, o que determina a falta de interesse das Recorrentes.*

16. *Os requisitos de que depende a decretação de providência de suspensão de deliberação social não se encontram preenchidos: a indicição da qualidade de accionista, a demonstração do fumus boni iuris, pela indicição de causas de invalidade das deliberações cuja suspensão é requerida, ser a providência adequada a evitar*

determinados danos apreciáveis e necessária ao acautelamento do efeito útil da acção principal e que o prejuízo resultante para a parte subordinada à medida cautelar não exceda o dano que com a decretação da mesma a parte requerente pretende salvar.

17. *O facto do extravio do livro de registo de acções e da pendência de processo judicial tendente à respectiva reconstituição não impede nem a verificação, pela ora Requerida, da identidade dos propostos participantes nas reuniões de sócios, nem a verificação da respectiva qualidade de accionistas, nem, o apuramento da percentagem de capital por cada um deles detida, ou, ainda, a expressão quantificada, por referência à titularidade das acções, do respectivo voto. Aliás, sendo a Recorrida uma sociedade anónima, as participações sociais estão consubstanciadas em acções nominativas.*

18. *Acresce que violação alguma ocorreu do Artigo 15º dos Estatutos da ora Recorrida. A estipulação em questão não visa o problema da verificação da identidade e estatuto de sócio da ora Recorrida na situação em que o livro de registo de acções da sociedade se ache extraviado, não pretendendo dar resposta à questão de saber se, nessa situação, os sócios podem, ou não, reunir em assembleia geral. Os interesses que o contrato social visou tutelar são integralmente salvaguardáveis mesmo na situação em que, circunstancialmente, a ora Recorrida se ache sem o respectivo livro de acções, tendo-o efectivamente sido, no contexto da realização da reunião de sócios do dia 21 de Agosto de 2007. De outra forma, a disposição seria nula por violação de disciplina legal imperativa, pois significaria que os sócios poderiam ter contratado um mecanismo de restrição à transmissão de acções legalmente não previsto.*

19. *Quanto à falta de autorização governamental relativa às transmissões de que*

resultou a titularidade das participações sociais de alguns accionistas exigida pela lei 6/82/M, a declaração assinada pelo Director da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, não faz prova daquilo que as Recorrentes reclamam que o mesmo documento vise instruir, pois apenas afirma não ter documentação relativa à transmissão de acções da ora Requerida.

20. Mesmo que assim não fosse, nem por isso deveria ser reconhecido qualquer fundamento ao alegado, atenta a natureza de títulos de crédito das acções representativas do capital social de sociedade anónima, beneficiando os accionistas da legitimação conferida pela respectiva posse nos exactos termos do que neles se acha inscrito; atento o facto de que as ora Recorrentes não hajam suscitado a falsidade dos títulos representativos de acções do capital social da ora Recorrida; e o facto de que não tenha sido logradamente aniquilada por sentença judicial a relação jurídica fundamental que naqueles títulos se incorpora, tão pouco, de que tenha sido declarada a invalidade dos negócios por causa dos quais os respectivos e actuais titulares nominativos dos mesmos se tornaram proprietários.

21. A disciplina legal constante do n.º 2 do Artigo 14º da Lei 6/82/M, de 29 de Maio encontra o respectivo fundamento em considerações que relevam exclusivamente do interesse público, e da respectiva aferição pela entidade concedente da identidade e da Idoneidade pessoal e patrimonial dos sujeitos titulares de participações nas sociedades concessionárias dos jogos de fortuna ou azar em casino, não estando em causa a regularidade da aquisição do estatuto de sócio, prevendo uma nulidade atípica que só poderá ser invocada pela entidade concedente.

22. Aliás, o regime descrito, não apenas não se acha em vigor, como deixou de

ser aplicável à transmissão de participações sociais no capital da ora Recorrida a partir do momento em que a mesma deixou de ser titular da concessão da exploração dós jogos de fortuna ou azar em casino, em 31 de Março de 2002.

23. Acresce que a qualidade, como tal, dos accionistas da ora Recorrida foi reconhecida pelo órgão executivo da Região Administrativa Especial, como ficou cabalmente demonstrado na Oposição da ora Recorrida.

Em concreto:

24. As accionistas C e D adquiriram as respectivas participações em momento posterior ao da constatação formal do desaparecimento do livro de registo de acções e ao da propositura da acção com vista à sua reconstituição, daí que, pela natureza das coisas, não poderia a respectiva qualidade de accionista ter sido averbada no livro de registo de acções da ora Requerida, o que não constitui impedimento à transmissão ou causa de invalidade.

25. A Primeira Recorrente teve conhecimento das condições negociais da transmissão de acções para a sociedade E e para a accionista F. Ainda que assim não fosse, não intentou aquela, no prazo de lei, sequer, qualquer acção para obter o reconhecimento e a efectivação do seu direito.

26. Depois, nenhum dano foi invocado pelas Recorrentes, não concretizando estas, porém, nem sequer por aproximação, quais os danos que a Sociedade poderia sofrer. Nem tal se revelaria possível, uma vez que a deliberação não produz qualquer efeito jurídico susceptível de suspensão, nomeadamente, não modifica, constitui ou extingue qualquer relação entre a sociedade e os seus sócios, nem o conteúdo dos direitos

patrimoniais ou políticos que inerem à titularidade das participações sociais.

27. *As Recorrentes limitam-se a afirmar que constitui um dano a distribuição de lucros a pessoas que não são sócios, podendo vir a revelar-se difícil a recuperação desses montantes pela sociedade e que os "accionistas ilegais" são, em alguns casos, administradores da sociedade Recorrida, o que propiciaria o risco de virem a ser tomadas novas deliberações por administradores que não o são. Ora, há que recordar que em 21 de Agosto de 2007 não foi decidida a aprovação da proposta de distribuição de dividendos nem deliberada a proposta de recondução dos membros dos órgãos sociais aos respectivos cargos!*

28. *Relativamente à suposta irrelevância da execução das deliberações sociais para obter a sua suspensão, constata-se facilmente que os acórdãos citados não têm qualquer aplicação no caso sub judice, por, inter alia, não se ter procedido a uma eleição dos membros dos corpos sociais na presente deliberação, e por não existir, in casu, qualquer analogia com a factualidade visada nos arestos citados.*

29. *Para prova da invocada qualidade de accionistas da ora Recorrida, as Recorrentes mais não fazem do que proceder à junção de cópias simples supostamente extraídas dos originais de títulos representativos de acções do capital social da ora Recorrida, que se acham desactualizados e desconformes com a lei e com os estatutos, não fazendo prova da sua posse ou titularidade dos originais dos títulos referidos, apesar de para isso terem sido judicialmente instadas.*

30. *Relativamente à Segunda Recorrente, sobre a ora Requerida impende a obrigação de não reconhecimento da mesma como sua accionista, por força da Sentença decretada nos Autos de Providência Cautelar n.º CPV-001-023, sob cominação legal de*

crime de desobediência.

31. A sentença recorrida não procede, pois, a qualquer discriminação ou diferença de tratamento entre accionistas da Recorrida, nem sequer por omissão, uma vez que, o Tribunal a quo sempre se referiu a ambas as Recorrentes, não tendo sequer chegado a decidir sobre a questão da sua legitimidade substantiva e, em particular, a concluir pela ilegitimidade da Segunda Recorrente

Nestes termos, e nos mais em Direito consentidos que Vós, Excelentíssimos Juízes, muito doutamente suprireis, se requer que seja o presente recurso julgado improcedente, por não provado e por legalmente não justificado, com a integral confirmação da Sentença e a conseqüente absolvição da ora Recorrida do pedido.

Foram colhidos os vistos legais.

II - Com pertinência e para melhor compreensão transcreve-se a sentença recorrida:

“I – RELATÓRIO (敘述部份):

A, viúva, natural de Hong Kong, de nacionalidade chinesa, residente na Região Administrativa Especial de Hong Kong, XX, XXX Road, XXX andar “C” e “D”, XXX Court, Hong Kong, e

B INC., sociedade comercial constituída no Panamá, onde tem a sua sede e com escritório de representação na RAE de HK, em XXX Stree, nº XXX, XXX Tower, 15º andar, XXX D-H,

Kunghom, Kowllon,

Veio a intentar, em 10/09/2007, a presente Providência Cautelar de

SUSPENSÃO DE DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Contra:

“SOCIEDADE DE TURISMO E DIVERSÕES DE MACAU, SA” (澳門旅遊娛樂股份有限公司), pessoa colectiva registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis sob o n° 354, a fls. 194 do Livro C-1, com sede na RAEM, na Avenida de Lisboa, n°s 2 a 4, Hotel Lisboa, 9º andar, Macau, com os fundamentos apresentados constantes da P. I., de fls. 2 a 38 dos autos, cujo teor se dá por reproduzido aqui para todos os efeitos legais.

*

PEDIDO:

Concluindo, pede que:

a) Seja suspensa a execução das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Requerida realizada em 21 de Agosto de 2007, que confirmou as mesmas deliberações já aprovadas na Assembleia Geral Anual de 30 de Março de 2007, face aos apontados vícios de que padece;

b) Seja suspensa a deliberação impugnada também com o pressuposto de não ter sido indicada qual a invalidade da primeira deliberação a que a sociedade procurou ocorrer por via da «renovação».

*

A Requerido, “**SOCIEDADE DE TURISMO E DIVERSÕES DE MACAU, SA**” (澳門旅遊娛樂股份有限公司), veio a apresentar a sua **OPOSIÇÃO**, com os fundamentos constantes de fls. 283 a 387 dos autos, cujo teor se dá por reproduzido aqui para todos os efeitos legais.

*

Concluindo, a Requerida pede que:

- a) Seja liminarmente recusada a apreciação do pedido de anulação da deliberação social deduzido no requerimento inicial, por indamissível em face da natureza e fim a providência nominada de suspensão de deliberações sociais; e
- b) Seja o pedido de suspensão da deliberação do colégio de sócios da Requerida tomada em Assembleia Geral do dia 21 de Agosto de 2007 julgado improcedente, atenta a validade das deliberações confirmadas, tal como se acha já indiciariamente reconhecido pelos autos de numeração CV3-07-0028-CAO-A;

Ou, para o caso em que assim se não entenda,

- c) Seja o presente procedimento julgado improcedente, atento o facto de achar subtraída à apreciação desse Tribunal, o juízo sobre a (in)validade, nestes autos, das deliberações confirmadas pelo facto de as mesmas constituírem já objecto de impugnação no procedimento cautelar nominado de suspensão de deliberações sociais que corre termos sob número CV3-07-0028-CAO-A e a respectiva acção principal cujos termos correm sob o número CV3-07-0028-CAO;

Ou, para o caso em que assim se não entenda,

- d) Seja o presente procedimento julgado improcedente atenta a inexistência de qualquer efeito jurídico susceptível de ser suspenso; ou,

- e) Seja o presente procedimento julgado improcedente atenta a manifesta ausência de carência da tutela judicial das Requerentes, atento o facto de os efeitos jurídicos cuja produção as Requerentes pretendem evitar se reportarem às deliberações confirmadas que foram, por sua vez, objecto de impugnação judicial no âmbito dos processo judiciais CV3-07-0028-CAO e CV3-07-0028-CAO-A;

- f) Seja a excepção peremptória inominada de ineficácia da

providência Ré julgada procedente, por provada e juridicamente fundada, nos mesmos e com idêntica consequência; ou, subsidiariamente,

Ou, ainda para o caso em que assim se não entenda,

- g) Seja a providência requerida julgada improcedente, por não provada e por não verificação dos pressupostos de que a lei concretamente subordina a susceptibilidade da respectiva decretação, com consequente absolvição da Ré do pedido.

*

Este Tribunal é o competente em razão da matéria e da hierarquia.

As partes são dotadas de personalidade e capacidade judiciária e de legitimidade "*ad causam*".

O processo é o próprio.

Inexistem nulidades, excepções ou outras questões prévias que obstem à apreciação "*de meritis*".

*

Procedeu-se a julgamento com observância do devido formalismo.

*

II – FACTOS (事實部份):

Dos autos resulta assente a seguinte factualidade com interesse para a decisão da causa:

- **A 1ª Requerente é sócia e accionista da STDM (docs. nºs 1 a 3) (*facto do artigo 2º*).**
- **Desde 1983, a 1ª Requerente é directora e accionista principal da sociedade designada por B Inc., aqui 2ª Requerente (*facto do artigo 3º*).**
- **A Requerida perdeu o Livro do registo da acções (*facto do artigo 6º*).**
- **A STDM é uma sociedade anónima com o capital social de MOP\$85,250,000.00, com sede na RAEM (certidão comercial junta sob doc. nº 50) (*facto do artigo 8º*).**
- **No dia 21 de Agosto de 2007, pelas 16H00M, na Sala Mandarin do Hotel Lisboa, realizou-se a AG Extraordinária da Requerida com a seguinte ordem de trabalhos:**

Ponto 1: Discussão e deliberação sobre proposta de venda de quota representativa de 25% do capital da sociedade G – Urbanizações, Limitada à accionista H Holdings Limited;

Ponto 2: Confirmação das deliberações tomadas na reunião ordinária da Assembleia Geral de 30 de Março de 2007 (facto do artigo 15°).

- **O objecto do ponto 1 da agenda de trabalhos veio a ser retirado (facto do artigo 16°).**

- **A matéria do ponto 2 da agenda veio a ser aprovada, com os votos contra das ora Requerentes e os votos favoráveis de todos os outros presentes (facto do artigo 17°).**

- **Foram do seguinte teor as deliberações tomadas na Assembleia Geral da STAD de 30 de Março de 2007, agora confirmadas:**
 1. **Aprovar o balanço, a conta de ganhos e perdas, o relatório do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2006, havendo sido aprovada, também, a proposta apresentada pelo CA na forma de distribuição dos lucros líquidos distribuíveis que totalizam MOP\$1,985,982,102.00, de acordo com as contas examinadas pelo auditor, Sr. I; assim, 35% serão distribuídos como dividendos pelos accionistas, devendo 15% ser distribuídos aos accionistas titulares de acções privilegiadas e 20% aos accionistas titulares de acções privilegiadas e ordinárias e o restante montante do rendimento líquido apurado transitar para a conta de resultados transitados**

2. Aprovar a proposta apresentada pela accionista F no sentido de serem reeleitos os membros dos órgãos sociais da Sociedade em exercício até 31 de Março de 2007 para o triénio 2007 a 2009, pelo que foi aprovada a recondução de todos os membros dos órgãos da mesa da AG, do CA e do CF (doc. nº 53) (*facto do artigo 18º*).

- Encontravam-se presentes (tanto quanto se supõe, dado que não foi ainda facultada cópia da respectiva acta, apesar de requerida – docs. nºs 54 e 55), os intitulados accionistas: J Co. Ltd.; Fundação L; M Co. Ltd.; H Holdings, Ltd.; E Ltd.; N; O, por si e em representação de P; Q, por si e em representação de R e S; T; F por si e em representação de C; D; U; V; X e Z, para além das Requerentes, dando-se por confirmado o *quorum* necessário para tomar as deliberações (*facto do artigo 19º*).

- Assim, foi confirmada a recondução de todos os membros dos órgãos sociais da Sociedade Requerida:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Aa

Secretário: Bb

Conselho de Administração

Presidente: M Company Limited representado por Cc

Administrador-Delegado: P

Administrador: N

Administrador: F

Administrador: Fundação L representada por Dd

Administrador: Q

Administrador: C

Administrador: D

Administrador: J Company Limited representada por O

Conselho Fiscal

Presidente: T

Membro: E representado por Ee

Membro/Auditor: Ff

Secretários:

Secretário-Geral: Bb

Vice-Secretário Geral: Gg

Hh (*facto do artigo 20º*).

- **As Requerentes impugnaram as deliberações sociais agora confirmadas através de uma providência cautelar intentada em 9 de Abril de 2007, a que veio a caber o nº CV3-07-0028-CAO/A e através da acção ordinária com o nº CV3-07-0028-CAO, ambas a correr termos pelo Tribunal Judicial de Base (docs. nºs 56 e 57), tendo as Requerentes desistido do recurso da sentença proferida nos autos de CV3-07-0028-CAO-A, que julgou improcedente o pedido (*facto do artigo 21º*).**

- O ofício nº 448/CONF/2006, de 29/9/2006, emitido pela Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos de Macau, informa: «(...) não existem nos nossos arquivos qualquer informação ou documentação relativas à transmissão de acções da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L. (ex-concessionária de jogos de fortuna e azar a favor de:

- *J Company Limited.*
- *M Company Limited.*
- *Ii Investment Limited.*
- *Jj Develpmente Company Limited.*

Pelo exposto, não pode esta direcção de serviços certificar as datas e os despachos em que o Governo de Macau autorizou a transmissão das acções ao abrigo da Lei nº 6/82/M, de 29 de Maio, nem tem conhecimento de que tais autorizações tenham sido proferidas» (doc. nºs 59) (facto do artigo 45º).

*

III – FUNDAMENTOS (理據部份):

Cumprе analisar os factos, a matéria que vem alegada e aplicar o direito.

Ora, as Requerentes invocam essencialmente os seguintes argumentos para fundamentar

a requerida providência:

a) Permitir a Requerida estranhos a participar na Assembleia Geral de 30/03/2007, e nela votarem as deliberações;

b) Desaparecer o livro de registo das acções pela Requerida, e como tal não é possível comprovar a qualidade de alguns sócios, pelo que, não se deve reunir, principalmente para tomar decisões importantes.

*

a) Quanto à imputação de a Requerida permitir estranhos a participar na AG dos sócios de 21/08/2007, importa ver, antes de mais a composição societária da Requerida, (que não foi impugnado pelas Requerentes) que apresenta a seguinte estrutura, conforme o teor de fls. 1225 a 1226:

Accionistas:				
1	II INVESTMENT LTD.	58Fl. XXX Tower, 1 XXX Road, Central, Hong Kong	18001	21.116 %
2	J CO. LTD.	39/Fl., XXX Centre, 200 XXX Road, Central, Hong Kong	16640	19.519 %
3	M CO. LTD.	31/Fl, XXX Tower, XXX Road, Central, Hong Kong	11885	13.941 %

4	S.T.D.M.	Hotel Lisboa, 9 Fl., Macau ou 39/Fl., H Centre, 200 Connaught Road, Central HK	9204	10.796 %
5	A	30 XXX Road, 6/Fl., Hong Kong	6251	7.333%
6	P	Penthouse 39/Fl., XXX Tower H Centre, 200 XXX Road, Central, Hong Kong ou 1, XXX Road, HK	4622	5.422%
7	H HOLDINGS, LTD.	Penthouse 39/Fl., H Centre, 200 Connaught Road, Central, Hong Kong	4250	4.985%
8	L	58/Fl., XXX Tower, 1 XXX Road, Central, Hong Kong ou Stone Manor, 33 XXX Road, Pokfulam, Hong Kong	3621	4.248%
9	JJ DEVELOPMENT CO. LTD.	58/Fl., XXX Tower, 1 XXX Road, Central, Hong Kong	2001	2.347%
10	LL	Flat B, 17/Fl., XXX Centre, 221-6 XXX Road – Hong Kong	780	0.915%
11	R	43A, XXX Road, 8/Fl., Flat B, Hong Kong	780	0.915%
12	MM fal. rep. por NN	Flat G, 25/Fl., Block 5, XXX Garden, Lam Tin, Kowloon	780	0.915%
13	OO fal. rep. por PP	Flat G, 25/Fl., Block 5, XXX Garden, Lam Tin, Kowloon	780	0.915%

1 4	S	43A, XXX Road, 8/Fl., Flat B, Hong Kong	780	0.915%
1 5	QQ	43A, Stubbs Road, 8/Fl., Flat B, Hong Kong	780	0.915%
1 6	RR	134-136 XXX St., Flat D + E, 10/Fl., Kowloon	780	0.915%
1 7	Q	43A, XXX Road, 8/Fl., Flat B, Hong Kong	624	0.732%
1 8	SS	XXX Court, Flat A, 14/Fl., 76 XXX Road, Hong Kong	468	0.549%
1 9	N	XXX Terrace, 4 XXX Road, Flat C, 14/Fl., Hong Kong	390	0.457%
2 0	O	Estrada XXX, n° XXX – Macau ou Av ^a . XXX, XXX, 3/F - Macau	390	0.457%
2 1	TT	XXX Mansion, Flat A 1-XXX Bay, Hong Kong	390	0.457%
2 2	UU fal. rep. por VV	XXX, 33 XXX, Markham, ONT L3R 7Y4, Canada	156	0.183%

2 3	XX fal. rep. por ZZ	XXX Ave. #XXX Pittsburgh, PA 15232- USA	156	0.183%
2 4	AAA fal. rep. por BBB	XXX Court, Block B, 9/Fl., Flat B, 16 XXX Road, Tshimshatsui - KLN	117	0.137%
2 5	CCC fal. rep. por DDD	17D XXX Mansion, XXX, Hong Kong	117	0.137%
2 6	EEE fal. rep. por FFF	17D XXX Mansion, XXX, Hong Kong	117	0.137%
2 7	GGG	202, 2/Fl., XXX House, XXX Centre, 11 XXX., Central – Hong Kong	78	0.091%
2 8	HHH, fal. rep. por III	17D XXX Mansion, XXX, Hong Kong	78	0.091%
2 9	T	14 XXX Gardens, 10/Fl., XXX, Hong Kong	78	0.091%
3 0	JJJ	Flat F, 7Fl., XXX Court, 883-XXX Road, Hong Kong	39	0.046%
3 1	DDD	21D XXX Mansion, XXX, Hong Kong	39	0.046%

3 2	LLL fal. rep. por MMM	17D XXX Mansion, XXX, Hong Kong	39	0.046%
3 3	FFF	17D XXX Mansion, XXX, Hong Kong	39	0.046%
		TOTAL	85,250	100.00 %

As Requerentes questionam a qualidade das seguintes “sócias”, por entenderem que as acções por elas adquiridas não obtiveram ainda a aprovação do Governo:

- (1) “**J** Company Limited”;
- (2) “**M** Limited”;
- (3) “Fundação **L**;
- (4) “**E** Limited”;
- (5) **F**;
- (6) **C**;
- (7) **D**.

É de realçar que, nestes autos de providência cautelar, não é possível resolver a questão de saber se as pessoas referidas são “sócias autorizadas” ou não! As Requerentes apresentam uma aparência de que elas não são!

Só que existe uma particularidade no caso em apreciação: mesmo que essa “aparência” tenha razão, ou seja, a aquisição das acções por parte das 7 pessoas (singulares e colectivas) fosse ilegal por não ter obtido a competente autorização do Governo de Macau, então as acções voltarão a pertencer aos sócios transmitentes que certamente são os outros mencionados no quadro acima desenhado, ora nesta perspectiva, as deliberações de 21/08/2007 foram aprovadas por unanimidade, não houve votos contra, significa isto que todos os sócios presentes na AG votaram no mesmo sentido! É impossível e ilegal que um sócio vote a favor e contra ao mesmo tempo, face ao comando legal do artigo 226º/1 do Código Comercial de Macau. Pelo que, as deliberações teriam de ser também aprovadas por unanimidade!

Mais, admitindo-se que a 1ª Requerente tivesse (e tem) 7% do capital social da Requerida, independentemente de quem a represente na reunião, é impossível com esta percentagem das acções que ela tem alterar o resultado deliberativo!

Pelo que, nestes termos é inútil falar de prejuízo que a 1ª Requerente possa sofrer! Ou seja, participar ou não na AG dos sócios não é um factor que seja capaz de alterar o sentido das deliberações. Se se entender a 1ª Requerente que daí sofressem prejuízos, então teria de lançar mão de outros mecanismos para defender os seus interesses, certamente não é através desta providência cautelar.

Com o que fica exposto, fica remata também a 1ª questão que as Requerentes levantaram!

Com esta conclusão, torna-se inútil apreciar a questão de o facto de desaparecimento do

livro da registo de acções impedir a certificação de qualidade de certas pessoas como sócias da 1ª Requerida, porque são as mesmas pessoas (transmitantes e transmissárias) que participaram na assembleia e votaram no mesmo sentido. Aliás, o quadro fáctico desenhado pelas partes não nos permite ir mais do que isto!

*

De seguida, passemos a ver se a presente providência reúne ou não os requisitos materiais legalmente exigidos para obter uma protecção jurídica.

Como é sabido, a suspensão de qualquer deliberação social depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos, nos termos do artigo 341º/1 do Código Processo Civil de Macau:

- 1º - Ser o impugnante sócio da entidade que a tomou.
- 2º - Ser essa deliberação contrária à lei ou aos estatutos.
- 3º - Resultar da sua execução ou dela poder resultar, dano apreciável.

*

No que concerne ao dano apreciável, entendemos que as Requerentes não provam esse dano possível!

*

Ora, a deliberação de 21/08/2007, foi uma deliberação confirmativa da uma outra, aprovada em 30/03/2007, sendo esta última também objecto de um outro processo de providência cautelar, no qual foi julgado improcedente, com trânsito em julgado, o pedido das mesmas Requerentes.

Agora, as Requerentes vêm a pedir a suspensão da execução dessa deliberação confirmativa.

Ora, é perfeitamente possível, desde que as Requerentes provem o seguinte, não bastante o pedido ter sido anteriormente rejeitado:

a) Estar a deliberação ainda em face de execução, portanto inacabada;

b) surgirem factos supervenientes que comprovem que a continuação da execução possa vir causar dano apreciável para a sociedade ou para as Requerentes.

Ora, no caso, nenhum, nem outro facto foi invocado e provado para comprovar o exigido acima referido, limitando-se as Requerentes o reproduzir as suas afirmações já apresentadas noutros autos de providência cautelar que tinha por objecto a deliberação de 30/03/2007, pelo que, na ausência de dados concretos para comprovar os requisitos necessários, é de julgar improcedente a pretendida providência.

*

Por outro lado, no caso, é de realçar o seguinte:

- a) Como o pedido da suspensão da execução da deliberação de 30/03/2007 foi rejeitado, e, a deliberação de 21/08/2007 é uma deliberação confirmativa de 30/03/2007, se se quisesse suspender essa “confirmação”, ter-se-ia de alegar novos factos, não se pode utilizar os mesmos argumentos já produzidos e apreciados pelo Tribunal no processo anterior.

- b) Em 2º lugar, sublinha-se que, em situação normal, não é o acto confirmativo que tem a virtude de produzir efeitos danosos, mas sim, o acto confirmado, que já foi objecto de apreciação pelo Tribunal.

Pelo que, na ausência de factos para preencher os respectivos requisitos necessários ao decretamento de providência pretendida, é de julgar improcedente o pedido das Requerentes.

*

Em face da conclusão expedida, torna-se evidentemente inútil apreciar os argumentos da Requerida, por desnecessária, considerada a natureza e a finalidade destes autos.

*

Tudo visto, resta decidir.

*

IV - DECISÃO (裁 決):

Em face de todo o que fica exposto e justificado, o Tribunal decide:

1) - **Julgar improcedente a pretensão das providências formuladas pelas Requerentes por falta de fundamentos legais.**

*

Custas pelas Requerentes.

*

Notifique e Registe.”

III – FUNDAMENTOS

Há dois recursos a apreciar nesta sede:

A - O recurso interlocutório sobre o valor da providência;

B - O recurso da decisão final.

A - Recurso sobre o valor da providência

1. O objecto do primeiro recurso, sobre o **valor da providência** incide sobre o seguinte despacho:

“(…) Ora, as Requerentes atribuem à presente providência o valor de MOP\$1,000,001.00, mas já decidimos, no âmbito de Pº n.º CV3-07-0028-CAO-A, que o valor de acção é de MOP\$695,093,735.70.

A propósito da matéria em discussão, o artigo 255º/3-c) do CPCM dá resposta expressa, que preceitua :

“3. O valor dos procedimentos cautelares é determinado nos termos seguintes :

(…)

c) Na suspensão de deliberações sociais, pela importância do dano;

(…)”

Pergunta-se, qual é o dano que as Requerentes pretendem evitar em esta providência de suspensão da deliberação de 21/08/2007, que confirmou a deliberação de 30/3/2007?

Seguramente não é 1 milhão e uma patacas tal como as Requerentes indicam. Uma de 2 hipóteses :

a) Ou tomamos como valor da acção o valor total dos dividendos distribuídos aos sócios da Requerida mediante a deliberação de 30/3/2007, confirmada pela deliberação de 21/08/2007; ou

b) O valor de dividendo distribuído apenas à 1ª Requerente enquanto sócio da Requerida.

Ora na perspectiva das Requerentes e conforme a forma como estão alegados os factos, elas defendem que algumas pessoas singulares e colectivas que participaram na

assembleia geral e votam nela não são sócias, assim, o presumível prejuízo é distribuir os dividendos aos estranhos (não sócios). Pelo que, nesta lógica, o dano que as Requerentes pretende evitar é justamente o valor global dos dividendos distribuídos aos “sócios” por deliberação em ataque.

Pelo exposto, o Tribunal fixa a esta providência cautelar o valor de MOP\$695,093,735.70, tal como decidimos nos autos da providência cautelar acima referida.”

2. As recorrentes entendem que o valor de MOP\$1,000,001.00 por si indicado deveria ter sido mantido por corresponder aos critérios legais aplicáveis.

Embora tenha sido peticionada a suspensão de deliberação social que decidiu a distribuição de lucros no montante de MOP\$695,093,735.70, com fundamento na não comprovação da qualidade de sócios da sociedade requerida de várias pessoas singulares e colectivas que intervieram na formação da deliberação impugnada, as ora recorrentes não põem em causa a distribuição dos dividendos, mas apenas que estes possam não ser devidos aos concretos accionistas aos quais foram atribuídos.

Os lucros eventualmente distribuídos a quem se viesse mais tarde a comprovar não ser accionista da requerida sempre no essencial seriam devidos e seriam atribuídos aos transmitentes das acções, o que não permite determinar um concreto dano patrimonial, da sociedade ou das requerentes, igual ou equivalente ao montante dos lucros distribuíveis.

Invocam como danos eventuais situações em que a sociedade não possa recuperar o montante de lucros indevidamente distribuídos e o dano para si próprias resultante do eventual não exercício do direito de preferência na transmissão das acções.

Os danos patrimoniais são, na sua perspectiva, na situação concreta, impossíveis de quantificar.

Em suma, as requerentes dizem ter alegado uma probabilidade forte de existência do dano, dão conta da sua medida e extensão apenas para ser possível avaliá-lo como apreciável e assim assegurar um dos pressupostos do meio judicial a que recorreram, mas dizem não terem possibilidade de o quantificar sequer aproximadamente, quanto mais com exactidão.

No entendimento da ora Recorrida, sendo a deliberação *sub judice* meramente confirmativa das deliberações aprovadas pelo respectivo colectivo de sócios em 30 de Março de 2007, o valor do dano que com a presente providência se pretende evitar deverá ser, por definição, nulo ou, de todo o modo, materialmente não quantificável.

Ou seja, em outros termos, na medida em que se entenda que a deliberação *sub judice* se integra, nos respectivos efeitos, nas deliberações confirmadas, não instituindo, *ex novo*, no comércio jurídico, um qualquer efeito novo, a deliberação confirmativa não pode ser, em si

mesma, causa de qualquer dano e, nesse sentido, à acção poderá, com legitimidade, ser atribuído o valor de MOP1.000,001,00 (um milhão e uma pataca).

Depois de assinalar uma contradição nos fundamentos invocados por parte das recorrentes, ao dizerem não estar em causa uma distribuição de lucros, para relevar o aspecto imaterial do seu interesse, concedem, no entanto que, a valorizar esse desiderato, então será de manter a decisão recorrida, visto o valor dos lucros a serem distribuídos e que assim se procura pôr em causa.

3. Importa apreciar.

O valor processual de um procedimento cautelar especificado de suspensão de deliberações sociais é determinado, de acordo com o disposto no art. 255º, n.º 3, al. c), do CPC, pela importância do dano resultante da execução da deliberação.

Dispõem os artigos:

Art. 247º n.º 1:

"A todo a causa é atribuído um valor certo, expresso em moeda com curso legal em Macau, o qual representa a utilidade económica imediata do pedido."

Art. 255º, n.º 3:

"3. O valor dos procedimentos cautelares é determinado nos termos seguintes:

(...)

c) Na suspensão de deliberações sociais, pela importância do dano"

O art. 7º do Regime de Custas dos Tribunais (Decreto-Lei n.º 63/99/M, de 25/Out.):

"Nas causas relativas a sociedades considera-se como valor, para efeitos de custas:

(...)

b) Nas de suspensão ou declaração de nulidade ou anulação de deliberações sociais, o do interesse patrimonial prosseguido, com o limite mínimo de 100 UC;

(...)"

Embora tenha sido peticionada a suspensão da deliberação social que decidiu a distribuição de lucros no montante de MOP\$695,093,735.70, com fundamento na não comprovação da qualidade de sócios da sociedade requerida de várias pessoas que intervieram na formação da deliberação impugnada, acolhe-se o entendimento de que não deve ser esse o valor da causa uma vez que as requerentes não põem em causa a distribuição dos dividendos, mas apenas que estes possam não ser devidos aos concretos accionistas a quem foram atribuídos.

A presente questão passa por, face ao pedido formulado na

providência, determinar qual o valor do dano para os requerentes, resultante da deliberação social e que por via da sua anulação se pretende evitar.

Ora, independentemente das considerações mui doudas que a recorrida expende sobre a necessidade da apreciação de uma questão de fundo, qual seja a da natureza confirmativa ou renovatória da deliberação anulanda e das conseqüências que daí pretende retirar, desde uma falta de legitimidade processual, para uma actuação de má-fé, até à afirmação de que uma cumulação de um interesse patrimonial com um interesse moral não deve levar a desprezar aquele em detrimento deste, importa ser clarividente e atender ao essencial nesta questão.

4. O que se pretende anular é a deliberação de 21 de Agosto de 2007 que confirmou o conteúdo da deliberação de 30 de Março de 2007 que, em resumo, visou a aprovação do *balanço*, a *conta de ganhos e perdas*, o *relatório do CA* e o *parecer do CF* relativos ao *exercício de 2006*, a *proposta apresentada pelo CA na forma de distribuição dos lucros líquidos distribuíveis* e *elegeram os membros dos órgãos sociais da Sociedade para o triénio 2007 a 2009*.

A ilegalidade assacada ao acto deliberativo resulta de as requerentes alegarem que certas pessoas presentes, votantes e beneficiárias de decisões tomadas, não seriam accionistas da Sociedade.

Ora, perante isto, há que constatar que há aqui danos que potencialmente podem assumir, por um lado, natureza patrimonial, com reflexos na sociedade e sua gestão, nos outros sócios e nas próprias requerentes, tudo passando pela determinação das causas invocadas para cada uma das situações, isto é, para a não atribuição das qualidades de sócio, em relação às pessoas que a requerente pretende ver excluídas da sociedade; mesmo que se constatasse que essas pessoas não eram sócias, tal não significaria que daí adviesse um ganho directo ou uma redistribuição de lucros com vantagens para as requerentes, bem podendo os lucros vir a caber aos transmitentes das acções, se inválidas as transmissões determinantes da exclusão de alguns sócios.

Ainda neste domínio, as recorrentes falam de eventual direito de preferência, o que não deixa de se traduzir num interesse materialmente computável.

Noutra perspectiva, a natureza de um interesse de ordem moral assume-se como uma evidência.

Identificados os danos, uns e outros, não é possível a sua quantificação neste momento, pelo que se entende que não deixará de estar correcta a atribuição do valor de MOP 1.000.001,00 à presente providência, ao abrigo do disposto no art. 254º do CPC, sendo que para além dos valores imateriais há ainda, potencialmente, os valores materiais mas que não é possível quantificar e só depois de identificados,

concretamente descritos e identificados, podem ser computados.

Nesta conformidade se revogará decisão que fixou o valor de MOP\$695,093,735.70, atribuindo à providência o valor de MOP 1.000.001,00

B - Recurso da decisão final

1. São as seguintes as questões que vêm colocadas pelas recorrentes:

- Por um lado, o Tribunal *a quo* teria incorrido em erro de julgamento por ter considerado que

"a deliberação de 21/08/2007 foi uma deliberação confirmativa de uma outra, aprovada em 30/03/2007, sendo esta última também objecto de um outro processo de providência cautelar, no qual foi julgado improcedente, com trânsito em julgado, o pedido das mesmas Requerentes"

e que nenhum facto foi invocado e provado que pudesse comprovar um dano apreciável resultante da continuação de uma execução inacabada,

"limitando-se as requerentes a reproduzir as suas afirmações já apresentadas noutros autos de providência cautelar que tinha por objecto a

deliberação de 30/03/2007, pelo que, na ausência de dados concretos para comprovar os requisitos necessários, é de julgar improcedente a providência requerida",

e ainda que

"não é o acto confirmativo que tem a virtude de produzir efeitos danosos mas sim o acto confirmado, que já foi objecto de apreciação pelo tribunal".

As recorrentes concluem que a deliberação ora controvertida é uma deliberação renovatória, residindo o alegado erro de julgamento na errada qualificação dada pelo Tribunal *a quo* à deliberação cuja suspensão vieram requerer.

- Por outro lado, o mesmo Tribunal ter-se-ia absterido de conhecimento ou decisão relativamente a questões sobre as quais estaria legalmente obrigado a pronunciar-se, o que configuraria, em sua tese, uma omissão de pronúncia. Tal omissão teria, mais precisamente, ocorrido relativamente ao conhecimento do requisito de mérito da providência de ocorrência de dano apreciável. Afirmam, a tal propósito, que o Tribunal *a quo* teria dado como verificado o requisito de invalidade da deliberação em causa, primeiro pressuposto de suspensão, e que daí deveria ter retirado determinadas consequências jurídicas, em vez de se demitir da análise dos restantes fundamentos da providência.

- Mais consideram as recorrentes que aquele Tribunal teria

negligenciado os argumentos sobre os quais se fundou a impugnação das deliberações sociais de 30 de Março agora renovadas na AG de 21 de Agosto de 2007, a saber:

- *Invalidade da renovação das deliberações antes tomadas em 30 de Março, uma vez que não estavam preenchidos os pressupostos da renovação;*

- *Invalidade da assembleia geral de sócios que tomou tais deliberações, por virtude de violações de lei e de violações estatutárias.*

- Finalmente, invocam violação do direito *de* paridade entre accionistas pelo Tribunal *a quo*, pelo facto de que não teria sido feita, na sentença recorrida, qualquer referência à participação social e qualidade de accionista da 2ª requerente, **B**.

2. Dizem as recorrentes que, se demonstraram, tal como decorre da própria visão do tribunal recorrido, a aparência da ilegalidade de algumas das pessoas singulares e colectivas que se afirmam accionistas da Sociedade em causa, demonstrado estava um primeiro pressuposto do procedimento requerido: o da ilegalidade da reunião de sócios da requerida de 21 de Agosto de 2007.

Nada justificava que o tribunal recorrido tenha deixado de se

pronunciar sobre os restantes fundamentos do procedimento.

3. Atentemos nos requisitos necessários para a suspensão de deliberações sociais previstas no art. 341º, n.º 1 do Código Civil:

- **qualidade de sócio;**
- **deliberações contrárias à lei ou estatutos;**
- **que a execução da deliberação esteja em curso**
- **possibilidade de causa de dano apreciável.**

São estes os requisitos que importa analisar e se eles foram ou não considerados na sentença recorrida, não nos embrenhando na densa, hermética e confusa argumentação a que os interessados recorreram e que em nada ajuda à clarificação da questão.

4. Dão os interessados uma grande importância à natureza confirmativa ou renovatória da deliberação de Agosto de 2007, mas, salvo melhor opinião tal não se afigura de relevância significativa.

Pretendem as requerentes, ora recorrentes, depois de algumas contradições do seu petítório,

“(...) As deliberações sociais tomadas na AG da requerida de 21 de Agosto de 2007

traduziram uma confirmação das anteriores (mesmas) deliberações sociais antes tomadas em reunião de sócios de 30 de Março de 2007, pois consistiram numa declaração positiva de querer manter a eficácia das deliberações anteriores inválidas. Caso em que é fonte de efeitos jurídicos a própria deliberação inválida integrada ou complementada pelo acto confirmativo."

que se trate de um acto novo e anulando;

A requerida, ao invés, que se trate de um acto confirmativo, no sentido de reiteração de uma decisão anterior e porque a acção interposta sobre aquela foi julgada improcedente faleceriam aqui os argumentos, a legitimidade ou falta de interesse das requerentes, face ao desfecho da acção e procedimento que tiveram aquela deliberação por objecto

"(...) aquilo que em rigor as Recorrentes pretendem com a presente acção é submeter a uma dupla apreciação desse Digníssimo Tribunal as deliberações tomadas pelo colectivo de sócios da ora Ré em 30 de Março de 2007, sob a aparência (fraca, é certo) de pretenderem obter a impugnação da deliberação confirmatória."

5. Basicamente, em direito civil, a **confirmação** é o modo de sanar a anulabilidade de um acto jurídico, consubstanciado numa declaração de reiteração da vontade negocial, expressa ou tácita, da pessoa a quem pertencer o direito de anulação, e que tem eficácia retroactiva.

Renovação é o refazer de um negócio jurídico que as partes antes haviam celebrado, concluindo sobre o seu objecto um novo negócio

destinado a absorver o conteúdo daquele e a substituí-lo para o futuro.¹

Dispõe do seguinte modo o artigo 229º do Código Comercial:

"1. São anuláveis as deliberações dos sócios:

a) Que violem qualquer disposição da lei, de que não decorra a nulidade nos termos do n.º 1 do artigo anterior, ou dos estatutos da sociedade;

b) Que não tenham sido precedidas do fornecimento ao sócio dos elementos de informação que tenha solicitado e a que legal ou estatutariamente tenha direito;

c) Que tenham sido tomadas em assembleia geral cujo processo de convocação contenha alguma irregularidade diversa das mencionadas no n.º 2 do artigo anterior.

2. Para a anulação de uma deliberação com base no disposto na alínea b) do número anterior, é irrelevante que a assembleia geral ou outros sócios declarem ou tenham declarado que a recusa de informação não influenciou a tomada da deliberação.

3. A anulabilidade de uma deliberação cuja anulação tenha sido requerida no prazo legal cessa desde que os sócios confirmem a deliberação anulável por outra deliberação: porém, o sócio que nisso tiver interesse pode fazer prosseguir a acção com vista à anulação da deliberação relativamente ao período anterior à deliberação que a tenha confirmado.

No n.º 3 deste artigo acha-se consagrado, no que às deliberações

¹ - Rui Alarcão, A Confirmação, 1º, 107

anuláveis diz respeito, o instituto da confirmação dos negócios jurídicos anuláveis no domínio das deliberações sociais.

E importa reter que a confirmação empreendida pela *STDM*, em 21 de Agosto de 2007, terá tido em vista a sanção de vício que para as deliberações confirmadas pudesse resultar da circunstância de não ter sido admitida a participação do Senhor **Nnn**, na reunião de sócios do referido dia 30 de Março de 2007, em representação da requerente **A**, tal como resulta de fls 167.

Do exposto resulta que, face ao objecto da deliberação anulanda e cuja suspensão ora se disputa, o que está em jogo é uma deliberação que não deixa de ter validade e eficácia própria e cujos pressupostos são postos em crise, por sinal, os mesmos já anteriormente colocados.

Mas se esses pretensos vícios - fundamentalmente reconduzíveis à incerteza da qualidade de determinados sócios - são os mesmos, a verificarem-se, não deixarão de continuar a afectar a decisão que se pretende sanatória da invalidade ocorrida.

Aliás, se não houvesse nada a sanar, inútil se tonaria uma nova deliberação exactamente com o mesmo conteúdo.

Afigura-se-nos, pois, contrariamente ao pretendido pela recorrida que não assiste falta de interesse ou que a sua pretensão se mostra prejudicada face aos desfechos das acções incidentes sobre a

deliberação de Abril de 2007.

6. Passemos então aos requisitos da providência.

Quanto à verificação do requisito da **qualidade de sócias** por parte das requerentes não vem ele sequer questionado.

7. Quantos aos outros requisitos, importa apreciar.

7. 1. Deliberação contrária à lei ou aos estatutos. A aparência do direito das requerentes

As requerentes impugnaram a Assembleia Geral da *STDM*, de 21 de Agosto de 2007, com fundamento em que:

a) *«Desaparecido o Livro de Registo das Acções da STDM, quando se encontrava à guarda da sociedade Requerida, não foi possível verificar; em ambas as referidas reuniões de accionistas, os requisitos estatutários para a inteira validade das deliberações tomadas.*

b) *Não foi observada a imposição estatutária (artigo 15º dos estatutos da STDM) da verificação se cada um dos presentes na AG tem, ou não, as acções averbadas, em seu nome, no Livro de Registo das Acções, com a antecedência mínima de 10 dias, em relação à data da reunião.*

c) *Nem foi possível observar-se o disposto nos artigos 9º e 10º dos Estatutos: (i) Se cada um dos presentes tem, pelo menos, 40 acções privilegiadas ou 50 acções ordinárias simples; (ii) Se os votos expressos correspondem 1 voto por cada grupo de 8 acções privilegiadas ou 10 acções simples.*

d) Sendo que participaram e votaram naquela reunião pessoas relativamente às quais existem sérias dúvidas de que sejam accionistas da Requerida, por haverem adquirido tal qualidade em violação flagrante dos estatutos, indicando ser esse o caso das seguintes pessoas colectivas e singulares (as quais, no entanto, foram admitidas a participar e a votar): (1) "J Company Limited"; (2) "M Limited"; (3) «Fundação L (admitindo-se ser accionista titular de acções que correspondem a apenas 4,24% do capital social da Requerida); (4) "E Limited". (5) F; (6) C; e (7) D.

e) Quanto à sociedade «J Company Limited», porque, afirmando ser accionista da STDM e alegadamente detentora de 22.861 acções, as havia adquirido, em 2002, 14.261 ao Dr. P Ho, 780 ao accionista RR e 3.696 acções à sociedade M Company Limited, sendo que, não integrando a J Company Limited o grupo de accionistas fundadores, a transmissão de acções a seu favor nunca foi autorizada pelo Governo da RAEM.

f) Sendo que a falta de autorização do Governo da RAEM para aquelas transmissões de acções gera a sua nulidade, nos termos do n.º 2 do art. 14º da Lei n.º 6/82/M, de 29 de Maio, e nos termos do art. 17º, n.º 7 da Lei 16/2001, de 19 de Setembro.

g) A sociedade M Company Limited invoca ser legítima possuidora de 8.189 acções, alega da mente adquiridas aos senhores Ooo, Ppp e Qqq, acontecendo que, não tendo integrado o grupo de accionistas fundadores da STDM, nunca a referida sociedade viu a transmissão das acções a seu favor ser autorizada pelo Governo da RAEM.

h) A «Fundação L» afirmando-se detentora de acções correspondentes a 26,58% do capital social da STDM, por haver adquirido 3.621 ao Senhor L, 18.001 à «Ii Investments Limited» e 2.001 à «Jj Development Company Limited», no que respeita à aquisição de acções a estas duas sociedades, fê-lo a sociedades que não integram o grupo de accionistas fundadores da STDM e haviam, por sua vez, adquirido as suas acções sem que tal transmissão tivesse sido autorizada pelo Governo.

i) *Do que decorre que, não sendo legal a qualidade de accionistas da Requerida das referidas sociedades, não poderiam ter transmitido as suas acções para a «Fundação L», que, só assim, atingiu uma percentagem no capital social da STD M de 26,58%.*

j) *E sendo certo que a nulidade das primeiras transmissões afecta a validade das transmissões subsequentes.*

k) *Do exposto decorrendo que, embora a Fundação L seja accionista da STD M, apenas é titular de 3.621 acções cor respondendo a 4,24% do capital social, justamente as acções que por si foram adquiridas ao próprio Exm. o Senhor L.*

m) *A E Limited intitula-se dona de 9.204 acções mas não pode ser accionista da STD M, pois as requerentes nunca foram notificadas para exercerem o direito de preferência na aquisição das acções a serem transmitidas, direito previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art. 7º dos actuais Estatutos da STD M, nos mesmos termos em que estava previsto no art. 7º dos anteriores Estatutos.*

n) *As alegada accionista F (que afirma deter 100 acções preferenciais da sociedade Requerida), é-o sem que tenha havido qualquer acto de autorização do Governo, exigido pelo já citado art. 14º, n.º 2, da lei n.º 6/82/M.*

o) *Acontecendo, ainda, que as acções de que se afirma titular foram transferidas da sociedade J Company Limited, sendo que tal transmissão se mostraria sempre afectada pela nulidade da anterior aquisição por aquela sociedade, relativamente à qual se ignora a existência de um acto de autorização do governo de Macau.*

p) *E acrescentando que as Requerentes não foram notificadas para exercerem o direito de preferência na aquisição das acções a serem transmitidas.*

q) *No que concerne a D (detentora, segundo a Requerida, de 200 acções), o processo de transmissão não foi integralmente cumprido, nomeadamente, porque não se procedeu ao registo de transmissão dessas acções no Livro de Registo de Acções, em contravenção do que dispõe o art. 7º, alínea e), dos Estatutos.*

r) *No que concerne a C (detentora, segundo a Requerida, de 200 acções), o processo de transmissão não foi integralmente cumprido, nomeadamente, porque não se procedeu ao registo de transmissão dessas acções no Livro de Registo de Acções, uma vez mais em contravenção do que dispõe o art. 7º, alínea e), dos Estatutos».*

No que respeita a tais motivos de impugnação da qualidade de sócios de tais pessoas, singulares e colectivas, fundamento da atribuída ilegalidade à Assembleia Geral referida, a sentença recorrida entendeu que *“é de realçar que, nestes autos de providência cautelar, não é possível resolver a questão de saber se as pessoas referidas são sócias autorizadas ou não. As requerentes apresentam uma aparência de que elas não são”*.

Defendem as recorrentes que a decisão recorrida deu por assente a aparência desse pressuposto, o que se terá traduzido, no fundo, na incerteza da qualidade de sócios, de alguns dos presentes, pelo facto de serem indiciariamente ilegais as transmissões das acções em questão, ilegalidade essa que se transformaria em legalidade pelo facto de que a única consequência dessa ilegalidade seria o retorno das acções aos accionistas transmitentes.

Mas para que um tal retorno se verificasse, necessário seria que

houvesse uma deliberação social nesse sentido, uma decisão judicial que a impusesse à sociedade, sendo justamente essa a pretensão que as requerentes pretendem obter.

A (aparente) irrelevância da questão suscitada pelas ora recorrentes apenas existiria se os accionistas transmitentes votassem as deliberações com o mesmo sentido do voto dos accionistas cessionários, pressuposto que se tem como insusceptível de «ser pensado» na decisão recorrida,

7.2. Perante isto há que discorrer.

Podemos, face ao que vem exposto, verificar que, embora se afirmando essa aparência do direito, o Tribunal não se pronunciou claramente sobre a real qualidade dos pretensos sócios, preferindo antes julgar improcedente a providência por inverificação de outros requisitos.

E sobre este requisito não se deixa de observar que a falta do livro de registo do sócios, face à sua perda, não pode impedir a comprovação dessa qualidade, nomeadamente em sede de Assembleia Geral, desde que a dúvida não afecte a maioria necessária à tomada de qualquer deliberação no sentido da comprovação dessa qualidade - óbice este que, face aos números e representações do capital social não se verifica no caso vertente.

Por outro lado, a natureza de títulos de crédito das acções

representativas do capital social de sociedade anónima, não deixa de beneficiar os accionistas da legitimação conferida pela respectiva posse nos exactos termos do que neles se acha inscrito.

Acresce que as recorrentes não suscitarão a falsidade dos títulos representativos de acções do capital social da ora Recorrida, tal como exibidos e documentados.

A não ponderar outra forma de comprovação, para além do livro de registo de acções, que se tem como desaparecido, deparar-nos-íamos com o risco de paralisação de toda e qualquer actividade relacionada com a gestão ou até o giro comercial da Sociedade em causa.

7.3. Mas o certo é que a questão relacionada com a invalidade das transmissões ocorridas nas acções, o que poria em causa a qualidade de determinados sócios, não foi analisado e não é menos certo que as razões alegadamente invalidantes pelas requerentes, ora recorrentes, não deixaram de ser impugnadas pela requerida, ao dizer

“(...) Acresce que, e desde logo, o regime de autorização previsto pela supra citada lei 6/82/M - justamente aquela cujo regime é invocado pelas ora Requerentes para justificar as dívidas relativas à qualidade de vários accionistas da ora Requerida - não apenas não se acha em vigor, como, mais do que isso, deixou de ser substancialmente aplicável à transmissão de participações sociais no capital da ora Recorrida a partir do momento em que a mesma deixou de ser titular da concessão da exploração dos jogos de fortuna ou azar em casino, em 31 de Março de 2002.

8. *A tudo isto soma-se o facto de que a qualidade dos accionista da ora Recorrida tenha sido reconhecida como tal pelo órgão executivo da Região Administrativa Especial, como ficou cabalmente demonstrado na Oposição da ora Recorrida, relativamente a cada um dos accionistas em questão.*

9. *Quanto às accionistas C e D, estas adquiriram as respectivas participações em momento posterior ao da constatação formal do desaparecimento do livro de registo de acções e ao da propositura da acção em processo especial com vista à respectiva reconstituição, daí que, pela natureza das coisas, não poderia a respectiva qualidade de accionista ter sido averbada no livro de registo de acções da ora Requerida. Tal facto, porém, não constitui impedimento à transmissão ou causa justificativa da respectiva invalidade.”*

7.4. Importaria, pois, analisar desse *bonus fumus juris*, enquanto fundamento da providência.

Donde, se a falta de pronúncia houve terá sido nesse particular. No entanto, não se deixa de observar que o Mmo Juiz contornou inteligentemente esta questão porque entendeu desnecessário, face à dificuldade evidente e ao facto de entender que tal dilucidação exigiria outros meios não compatíveis com o processamento de uma providência cautelar, o seu conhecimento, com o seguinte raciocínio: Mesmo que a transmissão das acções fosse ilegal - e não diz que o seja -, então as acções voltariam a pertencer aos sócios transmitentes que seguramente são os outros mencionados no quadro acima indicado, donde, os cerca de 7% do capital da 1ª requerente seriam insusceptíveis de inverter o

resultado das deliberações anulanda.

Donde, embora se refira poder extrair-se, daí uma inexistência de prejuízo para a Requerente, está bem de ver, que o mesmo é dizer, insusceptibilidade de efeito útil da providência.

Trata-se, no entanto, de questão que não vem suscitada e só se se vier a demonstrar necessário à pretensa decisão a ela se tornará. Não no sentido de dela conhecermos, mas no sentido de se ordenar o seu conhecimento.

8. Dos danos.

8.1. A decisão recorrida baseou-se, assim, entre outros motivos, numa falta de danos.

Estes, anota-se, nos termos da lei - art. 341º, n.º 1 do CPC - têm de ser **apreciáveis**.

Defendem as recorrentes ser manifesta a existência do dano, a partir do momento em que se reconheça, em termos de probabilidade a existência da ilegalidade do colégio de sócios que tomou as deliberações impugnandas.

Não é verdade, contrariamente ao afirmado, que o Tribunal a *quo* não se tenha pronunciado sobre os supostos danos apreciáveis que da "execução" da deliberação resultariam para as recorrentes e para a

própria recorrida, sendo que tal falta, a verificar-se, determinaria a nulidade da sentença por não apreciação de elementos que as partes levaram ao conhecimento do Tribunal *a quo*, nos termos do disposto no artigo 563º do CPC.

8.2. O que da simples leitura dos trechos antes citados se extrai é que, contrariamente ao que vem alegado pelas ora Recorrentes, a sentença proferida pelo Tribunal recorrido aprecia e julga a questão da imputação de danos à deliberação da ora recorrida, cuja suspensão ora se requer. Verifica-se que o Tribunal recorrido concluiu pela inexistência de qualquer dano provocado pela deliberação confirmativa causado ou possível para as recorrentes ou para a Sociedade, por:

- não ter ficado concretizado e provado esse dano, limitando-se as Recorrentes a justificar esse hipotético dano com argumentos relativos à deliberação de 30 de Março de 2007 (nomeadamente, a invocação da distribuição de dividendos a quem consideram não serem "accionistas legais" da ora Recorrida e a eleição, como administradores da Sociedade, de pessoas que não teriam a qualidade de "accionistas legais" da ora Recorrida);

- pelo facto de a deliberação confirmativa, por si, não ser susceptível de provocar danos às Recorrentes, atenta, quer essa sua própria natureza (confirmativa), quer porque a mesma se não mostre violadora da lei ou dos estatutos da Recorrida.

- as Recorrentes limitam-se a afirmar que constitui um dano a distribuição de lucros a pessoas que não são sócios, podendo vir a revelar-se difícil a recuperação desses montantes pela sociedade.

8.3. Terá interesse registrar que em 21 de Agosto de 2007, num certa perspectiva, não foi decidida a aprovação da proposta de distribuição de dividendos, não foi deliberada a proposta de recondução dos membros dos órgãos sociais aos respectivos cargos, tendo tal efectivamente acontecido relativamente a outra deliberação que se encontra sob apreciação noutros autos.

É certo que se confirmou deliberação anterior. E na autonomia e eficácia *ex novo* da deliberação de Agosto não se deixarão de produzir efeitos próprios. Nessa medida, passíveis de impugnação.

Mas o que se verifica é que as recorrentes, a propósito da alegação dos danos, limitam-se a anunciar a sua existência sem uma descrição e concretização, sendo vaga a sua discriminação.

Não se nos antolham quaisquer danos próprios, que possam ter causa na deliberação impugnanda ou na respectiva execução, de que seriam exemplos a diminuição do património ou a obrigação de incorrer em despesas extraordinárias.

Aliás, são as próprias recorrentes que dizem

"(...) os lucros eventualmente distribuídos a quem se viesse mais tarde a comprovar não ser accionista da requerida sempre no essencial seriam devidos e seriam atribuídos aos transmitentes das acções, o que não permite determinar um concreto dano patrimonial, da sociedade ou das requerentes, igualou equivalente ao montante dos lucros distribuíveis. No mesmo sentido afirma o Ac, proferido pelo mesmo douto Colectivo (sobre a mesma questão) nos autos CV-O7-0028-CAO-A (a que se refere o Ac. Recorrido) que "existe uma particularidade e no caso em apreciação: mesmo que essa "aparência" tenha razão, ou seja, a aquisição das acções por parte das 7 pessoas (singulares e colectivas) fosse ilegal por não ter sido obtido a competente autorização do Governo, então as acções voltarão a pertencer aos sócios transmitentes que certamente são os outros mencionados no quadro acima desenhado""

Acresce que não se vê como se pode suspender a implementação de uma deliberação tomada por uma maioria superior a 80% do capital da sociedade, o que a acontecer, pela paralisação que daí derivaria, seria de ponderar um prejuízo muito maior para toda a actividade da sociedade e, conseqüentemente, também para as requerentes.

Tanto mais que não se vê alternativa para a eleição dos corpos sociais, que não seja através da Assembleia Geral. E a não tomada de posição, ou tomada de posição sem os apontados sócios, causaria previsivelmente prejuízos de muito maior monta; fosse pela falta de gerência, fosse pelas medidas impugnatórias que os outros sócios não deixariam de promover.

E sempre as requerentes, a ser-lhes reconhecida razão, não

deixarão de poder ser ressarcidas dos prejuízos que por causa disso venham a comprovar.

Assim se conclui pelo acerto do decidido quanto à inverificação deste requisito.

9. Da execução ou não da deliberação

Do requisito relativo à impossibilidade de suspensão de uma deliberação já executada.

Quanto a este requisito, embora prejudicado pela conclusão a que se chegou quanto à não verificação de danos apreciáveis, não se deixa de referir que, em parte, assiste razão às recorrentes.

E tal só deixaria de acontecer se se entendesse que a deliberação de 21 de Agosto/2007 não tem virtualidade para produzir quaisquer efeitos autónomos em relação à deliberação de 30 de Março/2007.

Como vimos acima não foi esse o entendimento a que chegámos.

O argumento da sentença recorrida no sentido de que as requerentes não provaram estar a deliberação impugnada ainda em fase de execução e que daí resultaria a impossibilidade de lograrem a pretendida suspensão, não se acolhe, porquanto o pedido de suspensão das deliberações confirmadas, não só se pode destinar a prevenir um dano, como a suster os efeitos de um mal produzido e que por essa via se

possam evitar.

Dizer-se, como se disse na sentença recorrida, que já não é possível a suspensão da deliberação porque se encontra totalmente executada, perde sentido quando se verifica estarmos perante uma deliberação de execução permanente, em que se traduz a nomeação dos membros dos corpos sociais, já que a execução pode, nesses casos, ser suspenso em qualquer momento.

Importa não esquecer que o que está em causa, entre outros pontos, é também a suspensão de uma deliberação social que elegeu os corpos sociais da Sociedade requerida para o triénio 2007-2009 e, apesar de esgotada a nomeação, se se concluísse que essa nomeação era ilegal ou contrária aos estatutos, parece que nada impediria a cessação da sua gerência. Só que aí, não só se evidencia essa ilegalidade, como os prejuízos daí advindos não deixariam de ser potenciados, como já se assinalou, por via da paralisação que tal decisão acarretaria. E o recurso a nova deliberação não resolveria o problema enquanto não decidida definitivamente a questão das referidas titularidades e participações sociais.

Assim se conclui pelo carácter anódino, em abstracto, da eventual verificação deste pressuposto.

10. *Do alegado carácter discriminatório em relação a ambas*

as recorrentes

Alegam as recorrentes que na sentença recorrida se obnubilou a falta de participação na deliberação da segunda recorrente.

Que

Enquanto não existir o livro, como regra, no início da assembleia geral, deveria proceder-se a verificação da qualidade de todos os sócios ou seus respectivos representantes, e não só um ou alguns destes.

Ao contrário, da acta não consta esta formalidade, mas consta o impedimento do representante da 2.ª requerente, por não constar do livro o nome da sua representada. Em princípio o participante só podia ser recusado a sua entrada pelo facto de não conseguir comprovar a sua qualidade, mas já é absolutamente inadequado recusar a sua participação porque não constava o nome do sócio do livro enquanto este não existia. (...)

Pelo que, enquanto um dos sócios se encontra recusado a participar na assembleia geral e a conseqüente votar; foi violado o disposto no art. 194º e 195º, n.º 1, alínea a) do C. Comercial, o que torna ilegal a deliberação social da assembleia em causa».

Em sede de oposição à providência, como se alcança dos artigos 348º a 381º, impugna a recorrida a legitimidade activa da 2º recorrente e, neste recurso, contrapõe, dizendo,

Por outro lado, e como foi cabalmente demonstrado na Oposição, relativamente à Segunda Recorrente, sobre a ora Requerida impende a obrigação de não reconhecimento da mesma

como sua accionista, por força da Sentença decretada nos Autos de Providência Cautelar n.º CPV-001-023, tendo à ora Recorrida sido expressamente ordenado, sob cominação legal de crime de desobediência, que se abstinhasse de proceder ao averbamento de quaisquer transmissão de acções de que a ora Primeira Recorrente fosse titular à data da decretação da dita providência, nomeadamente da transmissão de acções à ora Segunda Recorrente – transmissão essa relativamente à qual, justamente, a ora Primeira Recorrente havia solicitado o correspondente averbamento no livro de registo de acções da ora Requerida.

*Ora, ainda que não fosse questionável a qualidade de accionista de qualquer das ora Recorrentes, ter-se-ia que concluir que as mesmas não participaram pessoalmente na reunião de sócios da ora Requerida realizada em 21 de Agosto de 2007, tendo a Assembleia Geral ressalvado que a validade e o significado da participação do Senhor **Rrr** naquela reunião apenas poderia ser determinado pelos Tribunais.*

*Através de uma simples leitura da acta da reunião de sócios verificar-se-á que a participação do Senhor **Rrr** foi deliberada pelo colectivo de sócios, o que, aliado ao que se demonstrará de seguida, revela a falsidade da afirmação de que terá sido "imposta a sua participação condicional".*

Dando conta da questão da legitimidade substantiva das ora Recorrentes, e esquecendo momentaneamente o impedimento acima referido, é de frisar que a representação de pessoa colectiva em reunião da assembleia geral de sócios da ora Requerida só pode ser feita, em conformidade com os estatutos desta última, por um de dois modos:

a) ou bem que a própria pessoa colectiva participa, directamente, na reunião da assembleia através dos seus legais representantes, nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo Dezoito;

b) *Ou bem que a mesma para tal efeito se faz representar por terceiro, caso este em que tal terceiro terá de qualificar-se como accionista, com direito a voto, da ora Requerida.*

*(...) Note-se que, aquando da reunião de sócios, o Senhor **Rrr**, quando para tal instado, não logrou fazer prova da qualidade de representante legal da Segunda Recorrente, nem é, tão pouco, accionista da Sociedade Recorrida.*

Salvo melhor opinião tal questão afigura-se irrelevante.

Em todo o caso, não se deixa de referir que para prova da invocada qualidade de accionistas da ora recorrida, as recorrentes mais não fizeram do que proceder à junção de cópias extraídas dos originais de títulos representativos de acções do capital social da STDM, sobre o que a ora recorrida diz acharem-se *desactualizados e desconformes, quer com a lei, quer com os estatutos (tendo a mesma ordenado a respectiva substituição em deliberação tomada pelo respectivo Conselho de Administração em 06 de Junho de 2001, por unanimidade, com o voto concorrente da ora Primeira Recorrente)* e que *as Requerentes nunca fizeram prova de ter na sua posse os originais dos títulos referidos, apesar de para isso terem sido instadas, em diversos processos judiciais.*

É verdade que no artigo 3º a primeira recorrente alega ter endossado parte das acções à **B**.

Só importaria apreciar a questão que vem colocada sob uma das

seguintes perspectivas.

Uma, seria no caso de se entender que dessa omissão teria resultado qualquer consequência negativa para a recorrente em causa, em termos de ilegitimidade activa ou numa desvalorização em termos processuais. Ora, tal não aconteceu.

Noutra situação, a ilegalidade assacada à falta de participação da 2ª recorrente constituiria fundamento de anulação da deliberação e consequente pedido de suspensão e tal fundamento não resulta claro no elenco dos vícios assacados à deliberação. Dos artigos 85º a 93º da petição tal não resulta. Antes sim a falta de comprovação da qualidade de sócios de alguns dos presentes.

É certo que, tal como acima transcrito, se diz que pela não participação do representante da **B** foi violado o disposto no art. 194º e 195º, n.º 1, alínea a) do C. Comercial, o que torna ilegal a deliberação social da Assembleia em causa. Só que esse argumento não deixa de ser tautológico. Se se ler a acta de 21 de Agosto de 2007 (cfr. fls. 435 a 440 dos autos) verifica-se que o seu representante participou na Assembleia, ali interveio e formulou questões, tendo sido explicado em acta a razão da não admissibilidade a intervir, salvaguardando-se a consideração da posição manifestada, caso, judicialmente, venha a ser reconhecido o direito à **B** (vd. fls 440).

Aliás, a elaboração sobre os prejuízos causados radica tão só na incerteza da qualidade de outros sócios e na sua nomeação para os

órgãos sociais.

A outra, seria o caso de a posição societária da **B** poder ser decisiva de forma a infirmar ou inverter o sentido das deliberações tomadas. Ora, também essa circunstância se não verifica.

Por último, não se deixa de mencionar que, tal como as próprias recorrentes reconhecem, a qualidade de sócia da **B** encontra-se em disputa e, segundo alegado, haverá até decisão judicial proibitiva do reconhecimento dessa qualidade até à decisão sobre essa questão.

Nestes termos, verifica-se que não procedeu a sentença recorrida a uma qualquer discriminação ou diferença de tratamento relevante entre accionistas da recorrida, tendo sido equacionada a legitimidade e a participação da 2^a recorrente, sendo de atender a que, ali, o Mmo Juiz sempre se referiu a ambas as recorrentes e o facto de não ter dado como provada a qualidade de accionista da segunda recorrente, tal não significa que tenha procedido a uma violação do direito de paridade entre accionistas, direito que tem como requisito lógico e prévio o de considerar determinada pessoa como accionista, o que por enquanto estará em aberto.

Face ao exposto, por falta de demonstração, pelo menos, de um dos pressupostos da suspensão da deliberação pretendida, decidir-se-á pela manutenção do julgado.

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, nos termos e fundamentos expostos, acorda-se:

A - Em revogar a decisão que fixou o valor de MOP\$695,093,735.70, atribuindo à providência o valor de MOP 1.000.001,00.

B - Negar provimento ao recurso interposto da decisão final, confirmando a decisão recorrida com os fundamentos acima explanados.

Custas deste último recurso pelas recorrentes, face ao seu decaimento.

Quanto ao primeiro recurso não se condena a recorrida em custas, porquanto na posição assumida nos autos pronuncia-se favoravelmente, de certa forma, se adoptada a posição que veio a ser tomada, no sentido da adequação do valor ora fixado.

Macau, 15 de Maio de 2008,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong

(vencido nos termos da declaração de voto a apresentar na próxima sessão)

Processo nº 107/2008
Declaração de voto de vencido

Vencido, quer quanto ao recurso sobre o valor da providência quer quanto ao recurso sobre a decisão final da providência, nos termos seguintes:

Quanto ao valor da providência, sendo embora certo que confluem interesses materiais e imateriais na deliberação em causa, que se debruçou não só sobre a distribuição dos dividendos como também sobre a recondução dos membros dos órgão sociais, não deixa de ser verdade que a parte dos interesses materiais é sempre quantificável para efeito de determinação do dano que a execução imediata da deliberação questionanda e a demora da acção principal poderiam causar, na óptica das requerentes, quer à sociedade requerida quer aos seus accionistas.

Assim, ao ficcionar o valor da providência em MOP\$1.000.001,00, não me parece que o presente Acórdão tivesse decidido bem pois esse valor ficcionado não só não corresponde à parte dos interesses materiais quantificáveis, como também fica muito aquém do valor correspondente à parte dos dividendos que pela deliberação questionanda seriam distribuídos aos accionistas cuja

qualidade de sócios é questionada pelas requerentes, valor esse que é sempre calculável de acordo com os elementos constantes da deliberação em causa.

Aliás a propósito da mesma questão, já tomei posição no Acórdão de 31JAN2008, no processo nº 15/2008 que subscrevi. Não vejo razões para alterar a minha posição. Ali é tido como correcto o valor que corresponde à parte dos dividendos distribuída aos sócios cuja qualidade foi questionada, de acordo com a percentagem que ocupam na totalidade do capital social.

Passemos então ao recurso sobre a decisão final.

Estamos perante uma providência cautelar de suspensão da deliberações sociais, regulada pelo CPC nos artºs 341º e s.s..

Nos termos do disposto no artº 341º/1, são requisitos da suspensão:

1. justificação da qualidade de sócio do requerente;
2. contrariedade à lei ou aos estatutos da deliberação; e
3. possibilidade de resultar da sua execução imediata dano apreciável.

É evidente que não é posta em causa a verificação do primeiro requisito.

Passemos logo à análise dos 2º e 3º requisitos.

Antes de mais, é de frisar que não é de acolher os fundamentos da decisão recorrida no que diz ao respeito à verificação ou não desse requisito.

A decisão recorrida salienta que *«mesmo que essa “aparência” tenha razão, ou seja, a aquisição das acções por parte das 7 pessoas (singulares e colectivas) fosse ilegal por não ter obtido a competente autorização do Governo de Macau, então as acções voltarão a pertencer aos sócios transmitentes que certamente são os outros mencionados no quadro acima desenhado, ora nesta perspectiva, as deliberações de 21/08/2007 foram aprovadas por unanimidade, não houve votos contra, significa isto que todos os sócios presentes na AG votaram no mesmo sentido!»*.

Primeiro, não é bem verdade que as acções voltarão aos sócios transmitentes caso venham a ser declaradas nulas ou anuladas as transmissões das acções em causa, pois pelo menos, é facto notório que já faleceu o Sr. L, um dos pretensos transmitentes.

Segundo, mesmo que assim fosse, nem por isso poderíamos dizer, tal como frisou o Mm^o Juiz *a quo*, que «*é inútil falar de prejuízo que a 1ª requerente possa sofrer! Ou seja, participar ou não na AG dos sócios não é um factor que seja capaz de alterar o sentido das deliberações.....*», dado que «*a 1ª requerente tem apenas 7% do capital social da requerida, independentemente de quem a representa na reunião, é impossível com esta percentagem das acções que ela tem alterar o resultado deliberativo!*».

Pois se esse argumento procedesse, estaríamos a dizer que os sócios minoritários nunca poderiam impugnar, por via judicial, deliberações viciadas nomeadamente das nulidades a que se referem o art^o 228^o/1 – a) e b), ou seja as tomadas em assembleia geral não convocada nos termos da lei ou dos estatutos, e as tomadas por escrito quando algum sócio não tenha exercido por escrito o direito de voto nos termos do art^o 217^o/3, todos do Código Comercial, desde que os sócios majoritários tivessem estado presentes e tivessem votado a favor das deliberações em causa.

Com a mesma argumentação, iguais considerações poderiam ser tecidas em relação às anulabilidades das deliberações previstas no art^o 229^o/1 do Código Comercial.

Obviamente não é nem pode ser essa a intenção do legislador ao

estabelecer os regimes das nulidades e anulabilidades de deliberações sociais, em que consabidamente não faz depender a legitimidade do impugnante da sua qualidade de ser sócio maioritário ou da sua capacidade de influenciar o resultado da nova deliberação caso venha a ser declarada a nulidade ou anulada a deliberação em causa.

Não pode portanto passar por cima essa questão de invocada ilegalidade das deliberações com essa teoria preconizada pelo Mm^o Juiz *a quo*.

Então há que entrar na análise da questão da invocada ilegalidade das deliberações em causa resultante da não certificada qualidade de sócio dos vários participantes na assembleia intitulados sócios.

Resulta dos autos indiciada a seguinte materialidade fáctica, quer de acordo com a materialidade fáctica dada provada pelo Tribunal Colectivo *a quo* quer por força do disposto no art^o 434^o/2 do CPC:

- Entre outros, estiveram presentes e votaram na assembleia as sociedades **J** Company Limited, Fundação **L**, **M** Company Limited, a favor das deliberações cuja suspensão ora se pede;
- Nenhuma dessas sociedades são sócios fundadores da sociedade requerida;

- O capital social da sociedade requerida é MOP\$85.250.000,00, dividido por 85.250 acções de MOP\$1.000,00 cada uma – *cfr. Fls. 138 dos p. autos*;
- Foi documentado na acta da reunião da assembleia geral que no seu início o presidente da mesa da assembleia geral procedeu à verificação dos originais de 75,381 acções, representativas de 88,423% do capital social, que lhe foram exibidos pelos accionistas – *cfr. Fls. 435 dos p. autos*;
- Segundo o teor do ofício da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos (DICJ) do Governo da RAEM, não existem nos seus arquivos qualquer informação ou documentação relativos à transmissão de acções da sociedade requerida a favor das sociedades **J** Company Limited, **M** Company Limited, **Ii** Investiment Limited e **Jj** Development Company Limited, não podendo portanto a DICJ certificar as datas e os despachos da autorização das transmissões nem tendo conhecimentos de que tais autorizações tenham sido proferidas – *cf. fls. 238 dos p. autos*.
- A **J** Company limited interveio na assembleia geral assumindo a qualidade de accionista da requerida alegadamente detentora de 22.861 acções representativas de 26,82% do capital social da requerida (*v. fls. 475 a 592 dos p. autos*), de entre as quais 780 acções, foram alegadamente adquiridas ao accionista **RR** (*v. fls. 579 a 592 dos p. autos*); e 3.696 acções à sociedade **M** Company

Limited (v. fls. 529 a 578 dos p. autos).

- A Fundação **L** interveio na assembleia geral na qualidade de detentora de 23,623 acções correspondentes a 26,58% do capital social da requerida (v. fls. 649 a 756 dos p. autos), por as ter adquirido alegadamente ao **L** 3.621 acções (v. fls. 649 a 712 dos p. autos); à **li** Investments Limited 18.001 acções (v. fls. 713 a 750 dos p. autos) e à **Jj** Development Company Limited 2.001 acções (v. fls. 751 a 756 dos p. autos).
- A sociedade **M** Company interveio na assembleia geral na qualidade de detentora de 8.189 acções, representativas de 9,61% do capital social da requerida (v. fls. 787 a 893 dos p. autos);
- Desaparecido o Livro de Registo das Acções e até agora não foi ainda reconstituído.

Nos termos do artº 195º do Código Comercial e artº 15º dos Estatutos da sociedade requerida, só os sócios têm direito de participar nas deliberações sociais.

E nos termos do artº 14º da Lei nº 6/82/M de 29MAIO e da Lei nº 16/2001 de 19SET, as transmissões das acções da sociedade carecem da autorização do Governo, sob pena de nulidade.

Apesar de terem sido verificados, no início da reunião da

Assembleia Geral, pelo presidente da mesa, os originais dos títulos representativos das acções, o certo é que a posse dos títulos, mesmo com averbamentos da transmissão neles inscritos, nunca pode prevalecer sobre a imperatividade da norma jurídica expressa que estabelece a obrigatoriedade da autorização do Governo das transmissão com a cominação da nulidade, nem pode sanar essa nulidade.

Assim, face à informação reportada no ofício da DICJ, existem indícios da ilegalidade das deliberações em causa, resultante da circunstância de terem nelas votado pessoas intituladas accionistas, mas provavelmente não accionistas, por terem adquirido acções mediante negócios não autorizados pelo Governo de acordo com o comando legal daqueles diplomas legais de 1982 e 2001.

Ora, neste tipo de providência cautelar em causa, a aparente ilegalidade da deliberação equivale ao direito aparente do requerente para pedir a declaração da nulidade ou anulação da deliberação.

Verificados assim os primeiros dois requisitos, passemos então ao último requisito.

Ao abrigo do disposto no artº 341º/1 do CPC, o que a lei exige é

que da execução da deliberação possa resultar dano apreciável, sendo uma exigência mais branda em comparação com a regra geral na matéria de procedimentos cautelares comuns definida nos artºs 326º/1 do CPC – *cf. Alberto Reis, CPC anotado, vol. I, pág. 678.*

Para a boa decisão da presente providência cautelar, há que pois ver o que foi decidido nas deliberações cuja suspensão ora se pede.

Conforme se vê na acta da reunião realizada em 21AGO2007, cuja cópia ora se juntou a fls. 435 a 440 dos presentes autos, o objecto da deliberação em causa é o ponto 2 da respectiva convocatória, que é justamente a confirmação das deliberações tomadas na reunião da assembleia geral realizada em 30MAR2007.

De acordo com a acta dessa reunião realizada em 30MAR2007, cuja cópia se juntou aos autos a fls. 166 e s.s, foram tomadas deliberações sobre a distribuição dos dividendos correspondentes a 35% do resultados líquidos que totalizam o valor de MOP\$1.985.982.102,00 e sobre a recondução dos membros dos órgãos sociais para o triénio 2007 a 2009.

Apesar de as deliberações tomadas em 21AGO2007 se terem limitado a confirmar o que foi deliberado na reunião realizada em

Março, o certo é que, por razões doutamente expostas no Acórdão antecedente que concordo, nem por isso deixa de poder ser impugnada autonomamente.

A propósito do requisito “danos apreciáveis”, a maioria do Colectivo diz no Acórdão antecedente que *«mas o que se verifica é que as recorrentes, a propósito da alegação dos danos, limitam-se a anunciar a sua existência sem um descrição e concretização, sendo vaga a sua discriminação»*.

Salvo o devido respeito, não me parece que assim seja.

O dano apreciável, como requisito legal da providência cautelar de suspensão de deliberação social, não é a possibilidade de prejuízos que a deliberação ou a sua imediata execução em si mesma causará, mas sim a possibilidade de prejuízos imputáveis à demora do processo judicial e ao retardamento da sentença nele proferida.

Ora, é manifesta a possibilidade da existência de danos quando os dividendos forem distribuídos a estranhos, não accionistas, e os órgãos sociais forem ocupados por estranhos ou por pessoas eleitas por estranhos e as actividades da empresa forem conduzidas por estes estranhos ou por pessoas escolhidas por estes estranhos, enquanto não forem resolvidas, pela decisão transitada em julgado

nos meios normais de uma acção judicial, estas questões sobre a qualidade dos destinatários daquela grande porção de dividendos e sobre a qualidade daqueles que foram eleitos para gerir e tripular a sociedade requerida.

Quanto ao carácter apreciável desses danos, é-me também evidente uma vez que, tendo em conta o quantitativo dos dividendos, a envergadura da sociedade requerida e a percentagem do capital social representada pelas acções de que apenas os três dos pretensos accionistas afirmaram-se detentores (Fundação **L**, **M** Company Limited e a **J** Company Limited), que é já mais de 60% do capital social, obviamente, não podem deixar de ser apreciáveis os danos, existindo, quer resultantes da necessidade do eventual recurso aos meios judiciais ou extrajudiciais para fazer retornar à esfera jurídica da sociedade requerida da parte dos dividendos já distribuídos antes do trânsito em julgado da decisão que venha a declarar a nulidade da deliberação, quer os danos susceptíveis de serem causados por pessoas não accionistas na condução das actividades sociais da requerida enquanto não houver decisão transitada em julgado sobre a sua qualidade de sócio ou enquanto não tiver sido reconstituído o livro do registo das acções.

Pois não se pode olvidar o requisito que a lei exige para decretar a

providência cautelar de suspensão da deliberação social é «dano apreciável» e não danos irreparáveis ou de difícil reparação e que esse dano tanto pode ser da sociedade como dos sócios.

Tudo visto, admitindo embora que, no que diz respeito à deliberação sobre a recondução dos membros dos órgãos sociais, o prejuízo resultante da suspensão da sua execução para a sociedade requerida e para os seus accionistas seja eventualmente superior ao dano que com ela as requerentes pretendem evitar, dado que a sociedade requerida não pode funcionar, atendendo à sua envergadura, sem tripulação, esse prognóstico de maneira alguma pode ser motivo da recusa da requerida providência, pois a aplicabilidade subsidiária desse requisito negativo previsto para o procedimento cautelar comum no artº 332º/2 do CPC é expressamente afastada pelo artº 337º do CPC.

Verificando-se assim todos os requisitos exigidos no artº 341º/1 do CPC, é de atender o pedido formulado pelas requerentes devendo decretar, como se requer, a providência cautelar da suspensão de deliberações sociais.

Eis as razões que me levaram a não acompanhar o Acórdão antecedente.

RAEM, 22MAIO2008

O juiz

Lai Kin Hong